



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

DERLAINE DIAS GOMES DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE A
SOBERANIA ALIMENTAR EM LIVROS DIDÁTICOS DE UMA ESCOLA EM
DELMIRO GOUVEIA/AL**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2022

DERLAINE DIAS GOMES DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE A
SOBERANIA ALIMENTAR EM LIVROS DIDÁTICOS DE UMA ESCOLA EM
DELMIRO GOUVEIA/AL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Federal de
Alagoas, Campus do Sertão, como
requisito para a obtenção do título de
Graduada em Geografia Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima

DELMIRO GOUVEIA-AL

2022

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca do Campus Sertão

Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

N244q Nascimento, Derlaine Dias Gomes do

A questão agrária no ensino médio: um estudo sobre a soberania alimentar em livros didáticos de uma escola em Delmiro Gouveia/AL / Derlaine Dias Gomes do Nascimento. - 2022.
71 f. : il.

Orientação: Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Livro de Geografia. 2. Livro didático. 3. Educação básica. 4. Soberania alimentar. 5. Questão agrária. 6. Brasil.
I. Lima, Lucas Gama. II. Título.

CDU: 373.3:911.3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS CAMPUS DO SERTÃO

CURSO: **GEOGRAFIA – LICENCIATURA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): **Derlaine Dias Gomes do Nascimento**

“A Questão Agrária no Ensino Médio: um estudo sobre a soberania alimentar em livros didáticos de uma escola em Delmiro Gouveia/AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 21 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
LUCAS GAMA LIMA
Data: 21/12/2022 17:39:40-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão
(Orientador(a))



Documento assinado digitalmente
LEONIDAS DE SANTANA MARQUES
Data: 22/12/2022 10:06:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Leônidas de Santana Marques - UFAL /Campus do Sertão (1ª Examinador(a))



Documento assinado digitalmente
EDUARDO NEÓRIO LIMA
Data: 27/12/2022 12:12:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Me. Eduardo Neório
Lima (2ª Examinador(a))

A Deus que é autor e consumidor da minha fé, que em momento nenhum de minha caminhada me deixou só. Que toda Honra e Glória sejam para Ele. A minha família, meus amigos e a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiro externo meu agradecimento a aquele que sempre me ofereceu condição de jamais desistir da caminhada, Deus, sem a sua presença eu não consigo mover os meus passos. A minha família, em especial a minha irmã Daniela Dias que sempre me incentivou a buscar o melhor de mim, aos meus pais, que mesmo com tanta limitação sempre me ofereceram a maior herança de todas, a de estudar e estar em busca constante de meus sonhos, a minha filha que aguentou meu estresse e cansaço e mesmo sem entender, sempre foi um dos meus maiores combustíveis para seguir adiante, foi e sempre será por você, Ana Clara. Aos amigos da graduação, aos de perto e aos de longe e aqui menciono com estima Daiane Lima minha amiga-irmã, Cosme Avelino, Joyce Beatriz, Fanazia Lima, Marcelo Porfirio, eu ganhei mais que amigos de sala, vocês são fora da curva de excepcionais, obrigada por todo apoio, por estarem ao meu lado sobretudo nas horas mais difíceis, vocês foram essenciais na minha passagem pelo Campus UFAL SERTÃO e permanecerão para sempre em minha vida. A todos que formam a clínica Oralfisio, obrigada por tanto apoio, Deus em sua Onisciência, sabia onde eu precisava estar para conseguir concretizar a minha graduação, vocês são uma família que meu coração escolheu amar. A minha amiga do Ensino Médio, Caroline Andrade, minha eterna gratidão pela irmandade e por ser tão presente em minha vida há anos. A minha amiga Francisca que sempre me incentivou através de seu exemplo o quanto podemos chegar onde quisermos, você é luz, gratidão a Deus por sua vida.

A equipe da RP Residência Pedagógica, ao meu coordenador Fernando Pinto, e a todos os que formavam a equipe que realizou estágio na Escola Maria Dulce.

Aos meus nobres amigos da Geografia Leandro, Alyson e Erikles, vocês são pessoas magníficas que inspiram outras pessoas, obrigada por todo o apoio.

Ao meu orientador Dr. Lucas Gama Lima pelos ensinamentos, chamada de atenção, compreensão, paciência, sobretudo quando necessitei me afastar das atividades da graduação, em plena construção de escrita do TCC, por problemas pessoais. A cada professor que tive a honra de estudar durante a minha passagem no Campus, vocês foram e são fundamentais, obrigada por cada conhecimento compartilhado. Também aos amigos e colegas que conquistei na graduação, obrigada pela existência de cada um.

“[...] o aluno deve estar dentro daquilo que está estudando e não fora, deslocado e ausente daquele espaço, como é a geografia que, ainda, é muito ensinada na escola: uma geografia que trata o homem como um fato a mais na paisagem, e não como um ser social e histórico”.

(CALLAI, 2003, p. 58)

RESUMO

A reflexão sobre a soberania alimentar no Brasil impõe uma revelação perturbadora: apesar de o país ser um produtor e exportador de alimentos, possui uma população gritante de subalimentados, evidenciando uma prática desigual e contraditória. O poder das grandes corporações que controlam a produção alimentar cresceu demasiadamente com a redefinição do papel do Estado em razão das políticas neoliberais. Contudo, não é com a eliminação da fome e com a oferta de alimentos nutritivos, mas com a reprodução do capital. Refletindo como o alimento chega até a mesa do cidadão, perpassamos por algumas indagações que nem sempre são esclarecidas no nosso cotidiano, sobretudo na escola. Levando em consideração a importância do saber que é socializado em sala de aula, ou por intermédio do ensinar, este trabalho tem como objetivo geral analisar a soberania alimentar e como esta é veiculada no livro didático da fase final da Educação Básica. O presente trabalho foi estruturado a partir de uma revisão bibliográfica sobre a soberania alimentar no Brasil, além de uma apreciação e abordagem nos conteúdos que os livros didáticos oferecem para estudo em classe. Como resultado final, após a apreciação dos livros didáticos, foi constatada a falta de abordagem crítica de determinados assuntos e/ou ausência de aprofundamento da análise acerca de conteúdos relevantes da questão agrária, revelando uma negligência com as contradições do capitalismo no campo.

Palavras-chave: Questão agrária; Soberania alimentar; Livro didático.

ABSTRACT

Reflection on food sovereignty in Brazil imposes a disturbing revelation: despite the fact that the country is a food producer and exporter, it has a screaming population of undernourished people, evidencing an unequal and contradictory practice. The power of the large corporations that control food production has grown enormously with the redefinition of the role of the State due to neoliberal policies. However, it is not with the elimination of hunger and the provision of nutritious food, but with the reproduction of capital. Reflecting on how food reaches the citizen's table, we go through some questions that are not always clarified in our daily lives, especially at school. Taking into account the importance of knowledge that is socialized in the classroom, or through teaching, this work has the general objective of analyzing food sovereignty and how it is conveyed in the textbook of the final phase of Basic Education. The present work was structured from a bibliographic review on food sovereignty in Brazil, in addition to an appreciation and approach to the contents that textbooks offer for class study. As a final result, after reviewing the textbooks, it was found that there was a lack of critical approach to certain subjects and/or lack of in-depth analysis of relevant content of the agrarian issue, revealing a negligence with the contradictions of capitalism in the countryside.

Keywords: Agrarian question; Food sovereignty; Textbook.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Insegurança Alimentar por amostragem de regiões no Brasil.....	27
Gráfico 2 – Brasil: percentual de fome por categoria (%).....	28
Gráfico 3 – Distribuição Percentual da Condição de Insegurança Alimentar por Região do Brasil (%).....	29
Gráfico 4 – Presença do trabalho escravo por setor econômico.....	33

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Livro didático analisado da 1º série do ensino médio.....	52
Imagem 2 – Subcapítulo analisado “O ser humano e o meio ambiente”.....	52
Imagem 3 – Livro de Geografia da 2º série do ensino médio.....	56
Imagem 4 – Subcapítulo analisado “A agropecuária: agrossistemas, produção e comércio internacional”.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular;

CNE – Conselho Nacional de Educação;

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar;

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio;

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura;

IA – Insegurança Alimentar;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LD – Livro Didático;

MEC – Ministério da Educação;

OMC – Organização Mundial do Comércio;

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais;

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos;

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático;

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio;

POFs – Pesquisas de Orçamentos Familiares;

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. UMA REFLEXÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO DECORRER DA HISTÓRIA RECENTE DO CAPITALISMO	16
2.1 A problematização da questão agrária no Brasil	30
3. DISCUSSÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO LIVRO DIDÁTICO.....	40
3.1 Análise teórico-conceitual do livro didático	40
3.2 O livro didático e o ensino de Geografia	43
3.3 Impactos da BNCC e do novo Ensino Médio sobre o livro didático	49
3.4 A apreciação da abordagem acerca da soberania alimentar nos livros didáticos.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é um dos maiores instrumentos de auxílio ao ensino-aprendizagem oferecendo subsídio ao discente para que possa acompanhar conteúdos de modo impresso, como também colabora para que o docente tenha uma proposta de programação acerca de conteúdos que serão ministrados em sala de aula. No Brasil, sabe-se que para além da contribuição para o saber temos uma questão política envolvida na permanência do livro didático em sala de aula, já que por diversas vezes esse é o único guia para o professor nortear-se. Atualmente, os livros didáticos produzidos seguem as normativas presentes no PNLD e a reformulação da Base Comum Curricular (BNCC), no ano de 2017, o novo Ensino Médio dispõe de algumas alterações, sobretudo, nas Ciências Humanas, que sofreram com modificações na carga horária, bem como em seus conteúdos, que passaram a ser trabalhados de modo multidisciplinar.

Nesta pesquisa será discutida apreciação temática da soberania alimentar nos livros didáticos de Geografia, sobretudo, no novo Ensino Médio. Foram apreciados dois livros didáticos, sendo de 1ª e 2ª série do Ensino Médio, a 3ª série do Ensino Médio não está incluso na análise pois não tivemos acesso ao mesmo por parte da escola, a análise iniciou-se em agosto de 2022, sendo finalizada em novembro de 2022, a apreciação e a análise dos livros didáticos deram-se em uma escola da rede estadual de ensino de Alagoas. Sobre o livro didático, Vitiello e Cacete (2021, p. 06) esclarecem:

O livro didático, manual ou compêndio escolar, é um objeto de estudo complexo que reúne vários elementos para a sua análise. Constitui-se em uma obra pedagógica que reflete os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espaço geográfico. Além disso, acompanha os processos técnicos e mercadológicos da produção editorial, sendo uma das vertentes curriculares no ambiente escolar.

Considerando essa asserção, fez-se necessário uma pesquisa mais aprofundada dos pontos relevantes e negativos contidos no entorno de um livro didático e qual a sua contribuição acerca de conteúdos que tratem a soberania alimentar, bem como a sua relação com os docentes e discentes. Mesmo sendo um dos recursos mais utilizados, o docente não pode limitar-se a ele, levando em

consideração que diversas vezes os conteúdos não apresentam fatos ligados à realidade e possuem uma linguagem complexa, tornando-os distantes da relação geografia em específico. Por dispor em sua nova apresentação conteúdos multidisciplinares, alguns apresentam conteúdos fora da ciência geográfica e mais ligados a outras disciplinas de humanas que se faz necessário o estudo através de outros materiais de apoio, para que possa haver uma melhor compreensão e entrega de conteúdos com excelência.

A referida pesquisa tem como objetivo geral analisar a soberania alimentar e como esta é veiculada no livro didático da fase final da Educação Básica. Através da apreciação do livro didático das 1º e 2º séries do Ensino Médio de uma Escola em Delmiro Gouveia-AL, pudemos avaliar como a Questão Agrária, em específico a produção de alimentos e a insegurança alimentar (IA), são abordadas nos livros que os discentes estudam e principalmente como o ensino de Geografia é necessário para a formação de um cidadão crítico e ciente da realidade em que está inserido.

A presente pesquisa foi estruturada em dois capítulos, no primeiro capítulo intitulado “UMA REFLEXÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO DECORRER DA HISTÓRIA RECENTE DO CAPITALISMO”, buscamos levantar uma questão histórica acerca da soberania alimentar, evidenciando como o seu atual contexto de produção e distribuição de alimentos se consolidou como uma prática desigual e contraditória. Ainda no primeiro capítulo buscamos tratar, à luz da histórica questão agrária no Brasil, sua desigualdade na distribuição da propriedade da terra, além da luta constante pela terra, executada pelos movimentos sociais que incessantemente fazem valer seus direitos. No segundo e último capítulo intitulado “DISCUSSÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO LIVRO DIDÁTICO”, apresentamos os pontos relevantes e negativos que um livro didático pode trazer para discentes e docentes, bem como os impactos causados no novo Ensino Médio após a reformulação da BNCC, que acarretou mudanças não tanto benéficas para a área de humanas.

O arcabouço teórico da pesquisa, no primeiro capítulo, baseia-se nas considerações de Chonchol (2005), Mirralha (2006), Andrades e Ganimi (2007), Altieri (2010), Coca (2016), Fabrício (2017), Souza e Silva (2020), Lima, Souza e Santos (2021) e Mardegan (2014). Já no segundo capítulo o embasamento foi a partir dos estudos de Libâneo (1990), Rua (1998), Spósito (2009), Silva (2012), Azambuja (2014), Callai (2016), Gabrelon e Silva (2017), Nascimento e Lira (2019), Martins

(2019), Vitiello e Cacet (2021), entre outros. Presume-se que este estudo contribua no campo da Geografia em especial no âmbito da Educação Básica mas também da licenciatura, uma vez que o presente trabalho apresenta uma investigação por intermédio de uma análise de um material didático, de como a soberania alimentar é abordada e pontuando a sua relevância em tentar inibir a fome no mundo através de medidas ambientais, políticas e sociais. Além disso, também visa dar destaque a necessidade de trabalhar conteúdos veiculados à soberania alimentar nas escolas, fazendo com que o discente compreenda sua importância no combate à fome e na superação da desigualdade no campo, na cidade e, até mesmo, no país.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO DECORRER DA HISTÓRIA RECENTE DO CAPITALISMO

O atual contexto mundial de distribuição de alimentos se consolidou como uma prática desigual e contraditória, é necessário revermos acontecimentos ao longo da história que estão extremamente entrelaçados, acontecimentos esses, que viriam a culminar no intenso debate entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. “A priori, são destacados conforme se entende os três regimes alimentares mundiais” (MCMICHAEL, 2016, p. 18, *apud* COCA, 2016).

Dessa maneira, precisamos conhecer inicialmente o que ocorreu no mundo entre os anos de 1870 e 1930. A Europa estava passando por uma extrema mudança na industrialização decorrente do trajeto impulsionado pela I Revolução Industrial, que seria substituída logo pela II Revolução, também, Industrial. Essa transição resultou em grandes mudanças na economia que ainda se baseava na energia a vapor, no carvão e no ferro que movimentava a indústria. Com a II Revolução Industrial teve o implemento do uso da eletricidade, do petróleo, do aço e a introdução de produtos químicos. Os europeus passaram a ter em sua indústria uma produção jamais vista, que não era possível anteriormente por seus meios limitados de energia e maquinários a vapor (COCA, 2016).

Começou o que seria conhecido como “O primeiro regime alimentar global”, no qual, a Europa importava bens primários das suas colônias e, em contrapartida exportava seus produtos manufaturados (COCA, 2016, p. 18). Essa estratégia de mercantilização viria ainda fazer com que estados europeus influenciassem muitos países do mundo inteiro a adotarem o livre comércio, contribuindo para o estabelecimento de uma dieta em alimentos eurocêntricos (leite, carne e trigo).

“O primeiro regime alimentar global começou a entrar em declínio no ano de 1914, quando em decorrência da 1 guerra mundial ocorreu uma depressão econômica e os países capitalistas passaram adotar medidas de proteção aos seus mercados” (BERNSTEIN, 2011 *apud* COCA, 2016 p. 18), nesse sentido, o regime alimentar imperial começa a ter um declive, dentro das perspectivas visadas. É a partir de 1930 que os agricultores dos países industrializados passaram a ter uma grande concentração de excedentes e, impossibilitados de pôr no mercado, surge também no campo da ciência o debate sobre o problema da desnutrição (CHONCHOL, 2005).

Notou-se que no âmbito mundial existia uma grande quantidade de alimentos, mas ainda possuíam uma parcela da população com fome.

Buscaram encontrar uma solução com a antiga Liga das Nações – organização criada com a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, tentaram achar solução viável para o excedente produtivo que estava sem utilidade: nem comercial; nem social. Sendo interrompidos pela inesperada Segunda Guerra Mundial.

É após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, que retomam o debate. Conforme Chonchol (2005, p. 33):

Essa reflexão, no entanto, continuou durante a guerra, e com seu fim, em 1945, o presidente Roosevelt convocou uma reunião das Nações Unidas sobre a agricultura e a alimentação, da qual participam os representantes de 44 governos. Dessa reunião, surgiria a FAO.

Vale salientar, que o mundo não era mais como antes, pois ocorreu uma metamorfose em quase todos os territórios da Europa devido à influência geopolítica da guerra. Se antes tínhamos a Inglaterra como grande potência econômica e industrial, quem passou a ter esse papel foram os Estados Unidos, o único que saiu ileso do conflito, com uma economia mais forte e a industrialização em todo seu vigor, que por meio da reunião das Nações Unidas sobre a agricultura e a alimentação acabou se criando a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O Segundo regime alimentar global se desenvolveu entre os períodos de 1950 a 1970, com o desenrolar da Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos. Ambos, disputavam a hegemonia mundial por meio de seus projetos de sociedade. Isso influenciou diretamente nas economias de outros centros e periferias da economia mundial e principalmente na distribuição de alimentos, na qual, intimidados, os norte-americanos iniciaram fortes políticas de embargo de grãos aos soviéticos. Partindo desse viés, Gonçalves (2004, p. 8) pontua que o “espectro da fome rondava o mundo num contexto marcado por forte polarização ideológica, o que tornava as lutas de classes particularmente explosivas no período”. Os Estados Unidos passaram a ter o domínio da exportação, e em consequência, surgiu a dieta com base em produtos processados no mundo todo.

Assim, os norte-americanos ainda conseguiriam, através dos argumentos de desenvolvimento e evolução, implantar o que ficou conhecido como Revolução Verde,

partilhando da mesma visão ideológica desse período, Andrades e Ganimi (2007, p. 48) afirmam que:

Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde, portanto, pode-se observar que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas.

A Revolução Verde era composta pela mecanização das atividades agrícolas, utilização de insumos e a produção em larga escala, além de ser justificada pela suposta finalidade de oferta de alimentos a uma população crescente. De acordo com Gonçalves (2004, p. 8), “A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949”. Tentando dessa forma atribuir um caráter técnico para fome e partindo deste viés, aos poucos o problema da fome foi estritamente direcionado para o campo, descartando assim hipóteses da verdadeira causa para o problema em pauta.

Mas o resultado foi permeado de contrastes e perdas profundas no campo genético das variedades de alimentos, com o surgimento do monopólio na agricultura. Essas mudanças, decorrentes da Revolução Verde, ocasionaram impactos negativos, de acordo com Andrades e Ganimi (2007, p. 51):

O solo, elemento vivo, orgânico da natureza, também é muito afetado pelo processo de modernização da agricultura. A retirada da vegetação natural seja para cultivo de monoculturas ou para criação de pastagens deixa o solo sem sua proteção natural. A acentuação do processo erosivo acontece quando há o impacto da chuva com o solo exposto. Há uma desestruturação das partículas mais superficiais devido a um maior escoamento das águas superficiais e da ação dos ventos.

Além de afetar a natureza, favoreceu os agricultores mais ricos e deixou os agricultores mais pobres endividados, uma vez que para se investir em meio a esse processo era necessário capital, além da expulsão de pequenos proprietários e agricultores rurais do campo. Por demandarem uma maior qualificação profissional muitos trabalhadores menos qualificados ficaram em situação de desemprego. O declínio do segundo regime alimentar global começou a ocorrer na década de 1970,

quando houve a repentina escassez de grãos no mercado mundial. De acordo com Coca (2016, p. 20), em 1980, iniciou-se o “Terceiro regime alimentar global”, que prevalece até os dias atuais. Ainda citando Coca (2016, p. 20-21):

Nessa fase, destaca-se a hegemonia das grandes corporações na condução dos sistemas alimentares, especialmente as que compõem o setor varejista. Isso se dá, principalmente pelo estímulo ao livre mercado por meio de mecanismos multilaterais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O poder das grandes corporações que controlam a produção alimentar cresceu drasticamente com a redefinição do papel do Estado em razão das políticas neoliberais, fazendo com que as grandes corporações ditassem as regras perante o mundo, devido seu poderio econômico no capitalismo. De acordo com Oliveira, (2008, p. 1):

O desenvolvimento e as transformações que o modo capitalista de produção introduziu na sociedade contemporânea é a base sobre a qual as diferentes ordens mundiais foram sendo construídas. O mundo atual é produto histórico do contraponto entre o surgimento, expansão e crises do socialismo e a mundialização do capitalismo.

Partimos dessa abordagem histórica para a apreciação da proposta de Segurança Alimentar e sua incoerência em face do seu surgimento, já que este ocorreu no período de guerra, onde a alimentação era escassa, pobre ou inexistente, e seu objetivo era discutir sobre o acesso das pessoas a alimentos que suprissem suas necessidades básicas e garantissem sua sobrevivência, em quantidades suficientes, saudáveis, de qualidade e que sua produção fosse correta (MARDEGAN, 2014).

Segurança Alimentar nada mais é que todas as ações que visam inibir a fome no mundo, através de medidas ambientais, políticas, sociais, etc. De acordo com Mardegan (2014, p. 2) *apud* Sampaio (2005, p. 3) Segurança Alimentar é “[...] o acesso de todos os habitantes dos territórios nacionais a alimentos seguros, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável [...]”.

Falar sobre Segurança Alimentar traz atrelado ao seu debate outra expressão, a “Soberania Alimentar”, esta que por sua vez, segundo Mardegan (2014, p. 5)

“embasa-se no direito de cada país de produzir os seus próprios alimentos e consumi-los de acordo com seus hábitos, cultura e tradições [...]”. O entendimento sobre esta, alvo de discussões públicas da cúpula Mundial de Alimentação em 1996, vem ganhando cada vez mais ênfase diante dos debates internacionais.

A redação dada pela Cúpula Mundial de Alimentação (1996, p. 1) reafirma: “o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome”, garantindo desta forma do ponto de vista nutricional qualidade no que tange produção e armazenamento de alimentos, consolidando com esses e outros atributos, o que nomeamos de segurança alimentar.

A soberania alimentar foi propulsora em levantar uma bandeira em diversas partes do mundo, visando igualdade e sobretudo qualidade em vários aspectos do campo e da cidade, no quesito alimentar. Conforme aponta Meirelles (2004, p. 11), o conceito de soberania alimentar está relacionado a um conjunto mais amplo de relações, atrelando-se, dessa forma, “ao direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países”. É perceptível como as grandes potências capitalistas usam o mercado de alimento como fonte de poder, geralmente envolvendo os Estados Nacionais no sentido de articular o controle de seus territórios. O que destoia com o que foi promovido pelo plano de ação da Cúpula Mundial de Alimentação na qual descreve:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. (Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação 1996, p. 2).

A conversão do alimento em mercadoria pelo capitalismo é uma das principais causadoras do sofrimento de pessoas em razão da fome. Lima, Sousa e Santos (2021, p. 197) afirmam que:

Assim, pode-se afirmar que o capitalismo, a partir de sua fase imperialista clássica, transpôs para uma escala internacional a divisão territorial do trabalho, vinculando a produção de alimentos aos prementes interesses das corporações empresariais monopolistas e estabelecendo uma relação assimétrica entre as formações territoriais, na qual o campo dos países periféricos complementou a produção

industrial dos países centrais, através de abundante produção de alimentos.

Além da fome, podemos ainda pontuar diversos problemas na saúde pública inerentes à ausência de nutrientes, minerais e vitaminas que são encontradas nos alimentos. De acordo com Fabrício (2017, p. 8), “seria uma ilusão exigir tal compromisso do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica é a do mercado, produzindo aquilo que proporciona lucro e não o necessário para o suprimento das necessidades humanas”. Temos países no Sudeste Asiático que estão em situação de altíssima vulnerabilidade, enquanto os Estados Unidos uma das maiores potências mundiais, possui uma população que se encontra acima do peso, justamente resultado do alto consumo de alimentos ultra processados e *fast-food*. De acordo com Coca (2016, p. 17), “no capitalismo tem sido comum a utilização do alimento como uma ferramenta de controle pelas grandes potências”.

É explícito o controle e comando por parte do capital, sob algumas corporações, no que diz respeito à soberania e segurança alimentar. Em função da apropriação privada/desigual da terra, as pessoas passam a viver subordinadas ao capital, através de sua força de trabalho por exemplo, vivendo à mercê da subordinação do mesmo. Conforme Coca (2016, p. 22):

Mais uma vez na história do capitalismo tem se comprovado que nesse modo de produção não existe a intenção de fazer com que o alimento seja um bem social, pelo contrário, ele tem sido utilizado como uma mercadoria, a qual é comercializada com base na obtenção de lucros ampliados e também como mecanismo de poder por parte das grandes potências globais.

O intuito não é alimentar a população, mas sim assegurar a reprodução do capital, garantindo os lucros das corporações empresariais. “A falta de alimentos, e muitas vezes o não acesso ao alimento de qualidade, se constitui num grande problema causado pela mercantilização da produção alimentícia, engendrada pelas grandes corporações transnacionais” (FABRICIO, 2017, p. 2).

O não acesso ao alimento é a manifestação da perversidade do capital, sobretudo nas classes baixas. A fome não é a consequência de uma produção alimentar insuficiente, senão a marginalização econômica de certas populações. Consequentemente, a prioridade pode ser aumentar a capacidade produtiva das

corporações empresariais que negociam alimentos, ofertando assim a todos, os meios necessários para produzir. Nesse entendimento, Sousa e Silva (2020, p. 16) nos dizem:

Não é suficiente apenas ter comida no mercado, mas é preciso que as pessoas possuam renda para comprar os alimentos, pois o problema da fome está ligado à desigual distribuição de renda e ao não acesso à terra, pelo fato de as grandes corporações dos países ricos, controlarem toda a riqueza da produção dos camponeses e pequenos produtores desses países, além de manterem, sob seu domínio, a propriedade da terra direta ou indiretamente.

Existe uma realidade crucial apontando que as pessoas que mais precisam são as que menos dispõem de condições para tal, uma vez que o quesito financeiro e a segregação, não as permitem usufruir do direito básico à alimentação com qualidade, marginalizando assim a classe trabalhadora que são os mais atingidos quando falamos em assistência. De acordo com Andrades e Ganimi (2007, p. 47) “Existe oferta de alimentos nas prateleiras dos grandes supermercados, mas as pessoas não têm recursos para os adquirirem”. O problema da fome não está ligado à produtividade, tampouco as condições climáticas existentes no Brasil, pode-se dizer que a cerca que separa uma população mais segregada seja a idealizadora em manter o poder econômico e político da classe dominante. Para D’agostini e Hoyos (2020, p. 187):

As propostas de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar compartilham princípios políticos que orientam suas respectivas ações. As duas propostas partem do pressuposto de que a fome mundial pode ser eliminada e destacam como critérios orientadores de suas ações: o reconhecimento do papel relevante da mulher na produção, distribuição e no consumo dos alimentos; o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; e a proteção do meio ambiente.

Por intermédio de um conjunto de propostas positivas, a fim de que tenhamos uma alimentação de qualidade e que principalmente venha atender a população, a soberania alimentar envolve quesitos de luta e resistência, visando o direito dos povos de definirem suas políticas e estratégias sustentáveis de produção por intermédio da pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas que é de suma e elevada importância para uma população como um todo.

É através da agricultura familiar que podemos viabilizar uma ponte para uma melhor qualidade de vida através do alimento, livre de agrotóxicos, de produtos processados e, portanto, mais benéficos a saúde. Para além do alimento, ainda preserva e conserva uma boa qualidade ao hábitat. Pensando sobre esse viés, Altieri (2010, p. 28) cauciona:

Este é o caso quando os princípios ecológicos são utilizados na modernização das pequenas explorações agrícolas, melhorando o solo e o hábitat de maneira que promova o crescimento saudável das plantas, debilite as pragas e estimule organismos benéficos usando a mão de obra e os recursos locais mais eficazmente.

É possível notarmos que são os pequenos produtores que podem nos trazer uma qualidade maior no que tange a saúde, quando falamos em soberania alimentar, uma vez que é através da mesma que podemos optar por melhores condições em quesito plantio e cultivo, para que o alimento chegue com mais qualidade até a casa do cidadão e que principalmente atenda a todos sem distinção nenhuma por intermédio da apropriação desigual da terra. Altieri (2010, p. 10) enfatiza a situação da sabedoria convencional quando afirma:

Ainda que a sabedoria convencional diga que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e improdutivas, a investigação mostra que as pequenas explorações são bem mais produtivas que as grandes explorações agrícolas se considerada a produção total em vez da produção de uma só colheita.

Os interesses dos habitantes em ter sob seu domínio a terra para produção, associa-se com o que é apontado por Fabricio (2017, p. 2), “[...] a questão da Soberania Alimentar no Brasil está diretamente ligada à questão do acesso ou não à terra por parte de várias gerações de camponeses brasileiros”. É notória a perversidade do capital, visando o aumento em larga escala na produção de alimentos, e nessa linha de pensamento, Sousa e Silva (2020, p. 5) afirmam:

Em virtude do modelo do agronegócio e da grande transformação de muitos capitalistas em proprietários de terras possibilitando o direcionamento da agricultura para o atendimento ao mercado internacional, os camponeses se tornaram subordinados a esses grupos e, conseqüentemente, a produção da agropecuária deixou de ser voltada exclusivamente para a alimentação da população.

É notável o crescimento das fronteiras agrícolas frente a expansão para a produção, para tal crescimento faz-se uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos fazendo dessa forma com que a produção seja acelerada, o que ultrapassa o processo natural de uma produção comum por exemplo, realizada pela agricultura familiar e para além da escassez desse trabalho, visando qualidade de vida, ainda temos uma perda relativa na qualidade dos produtos frente a todo esse processo regado de fertilizantes químicos e agrotóxicos. De acordo com Oliveira (2016, p. 475):

As vendas dos venenos utilizados na agricultura brasileira são feitas principalmente, por revendedores (49%), diretamente pelas empresas produtoras (27%) e cooperativas (24%). O financiamento deles é feito através das próprias indústrias produtoras (57%), em geral, para pagamento em até 180 dias, recursos próprios (21%), troca por grãos (13%) e, crédito rural 9%.

É gritante o uso desenfreado de agrotóxicos. O desastre frente a esse processo é sobretudo comandado pelo sistema capitalista e pela modernização na agricultura, um processo que veio segregar a agricultura familiar. Corroborando com isto, Souza e Conceição (2008, p. 105) afirmam que:

Na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo).

Embora exista uma afirmativa por parte do Estado que a agricultura vem atender a todos de forma saudável e que pensa em um contexto abrangente no que diz respeito à produção, qualidade e beneficiamento por parte dos que precisam da terra para manter o sustento, é totalmente contraditório o modelo perverso do agronegócio, nesse entendimento Sousa e Silva (2020, p. 6) explicam que:

Portanto, no caso do Brasil, é o modelo do agronegócio que exige o uso desenfreado desses agroquímicos, já que o mesmo é voltado para a produção em larga escala e não há como assegurar a intensa produtividade dos alimentos sem o consumo desordenado dos agrotóxicos, tornando o país, que é considerado o principal produtor agrícola mundial, um dos maiores consumidores desses insumos; alguns deles já foram banidos em outros países.

É válido ressaltar que temos uma “guerra” no que tange à alimentação, pois em todas as esferas mundiais, se faz presente o poderio que denota o quanto perverso é o sistema capitalista. Sobre isso a ativista indiana Vandana Shiva (2013) *apud* Coca (2016, p. 21) corrobora e afirma:

Se você olha para as quatro faces que determinam nossa comida, são todas controladas por grandes corporações. As sementes são controladas pela Monsanto por meio dos transgênicos; o comércio internacional é controlado por cinco empresas gigantes; o processamento é controlado por outras cinco, como a Nestlé e a PepsiCo; e o varejo está nas mãos de gigantes como o Walmart, que gosta de tirar o varejo dos pequenos comércios comunitários e com conexões muito diretas entre os produtores de comida e os consumidores. São correntes longas e invisíveis, onde 50% dos alimentos são perdidos. Temos sim uma ditadura do alimento.

O não direito ao alimento básico cresce de forma acelerada, justamente por termos um sistema que visa tão somente o lucro. Lima et al. (2021, p. 190) afirmam que “A captura da terra pelo capital permitiu a exploração do trabalho assalariado e a realização do valor, por meio da venda dos alimentos”. A fome no Brasil data bem mais de séculos, e somos sabedores que muitas são as pessoas que vivem em condições subalimentadas. O processo de reversão não está no aumento de produção, uma vez que, de acordo com Madeley (2003, p. 49 *apud* LIMA, 2020, p. 334), “a fome não é obra do acaso, também não se trata de produtividade insuficiente”, pois sabe-se que a produção mundial de alimentos supre as necessidades da população, os alimentos não chegam à mesa por outros motivos, mas não por falta de produção.

Vivemos em um país que em função de elementos econômicos e políticos como por exemplo aumento da inflação e reajuste frequente nos valores do alimento básico, temos como resultado consequências sociais graves, com acentuação da pobreza e sua face mais cruel que é a fome. Nessa realidade várias pessoas são afetadas, de acordo com Fabrício (2017, p. 7):

Seria uma contradição muito profunda o sistema imperialista garantir mecanismos para acabar com um fenômeno criado pela sua própria lógica. Assim não poderia ser de outra forma, pois no capitalismo lucra mais com a morte de milhões de seres humanos, do que com a solução para elevar o nível de vida da população e, conseqüentemente, melhorar sua nutrição.

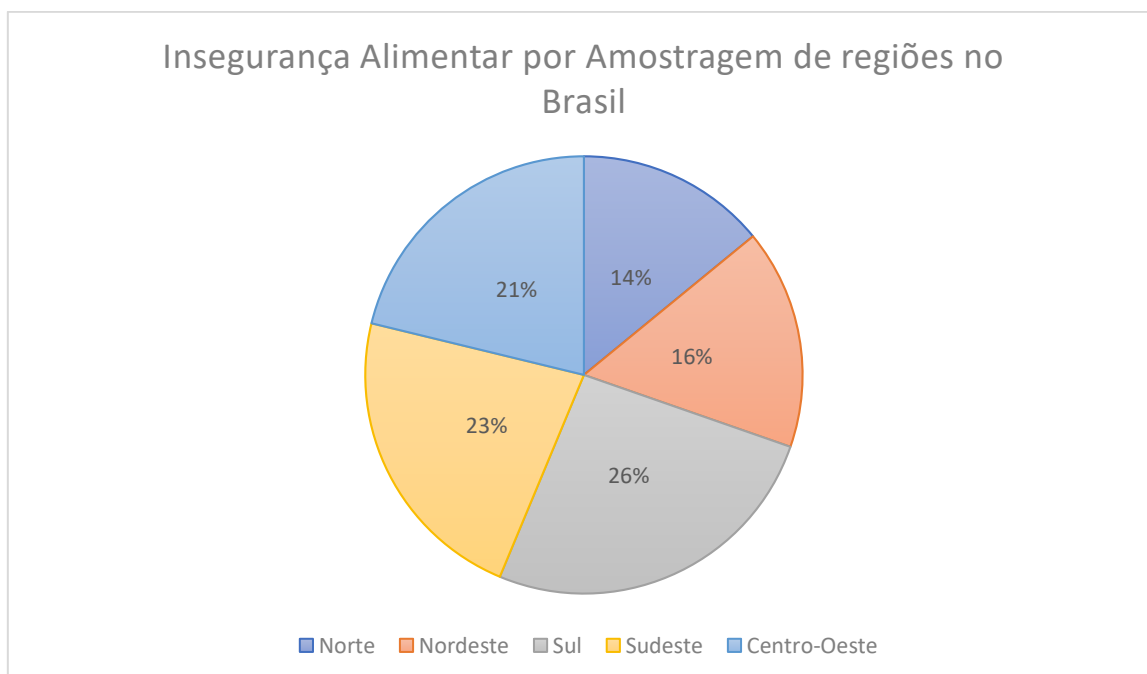
Dentro dos fatores que aprofundam a fome no Brasil pode-se citar alguns pontos relevantes, tal como: prioridade concedida ao agronegócio; ausência de reforma agrária; desmonte das políticas de segurança alimentar; piora das condições de reprodução dos trabalhadores; o crescimento da extrema pobreza, etc.

Através de estudos e amostras de pesquisas pode-se constatar a proporção da segurança alimentar em algumas regiões brasileiras. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lança a quarta série de resultados sobre este tema, oferecendo-nos um acesso de como está a segurança e insegurança alimentar no Brasil.

Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população. (IBGE, 2017-2018, p. 5).

O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018 (IBGE, 2020, p. 11). Os dados para este estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (IBGE 2020, p. 5). Constatando-se, portanto, o quadro de Insegurança Alimentar representado por regiões no Brasil, como vemos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Insegurança Alimentar por amostragem de regiões no Brasil

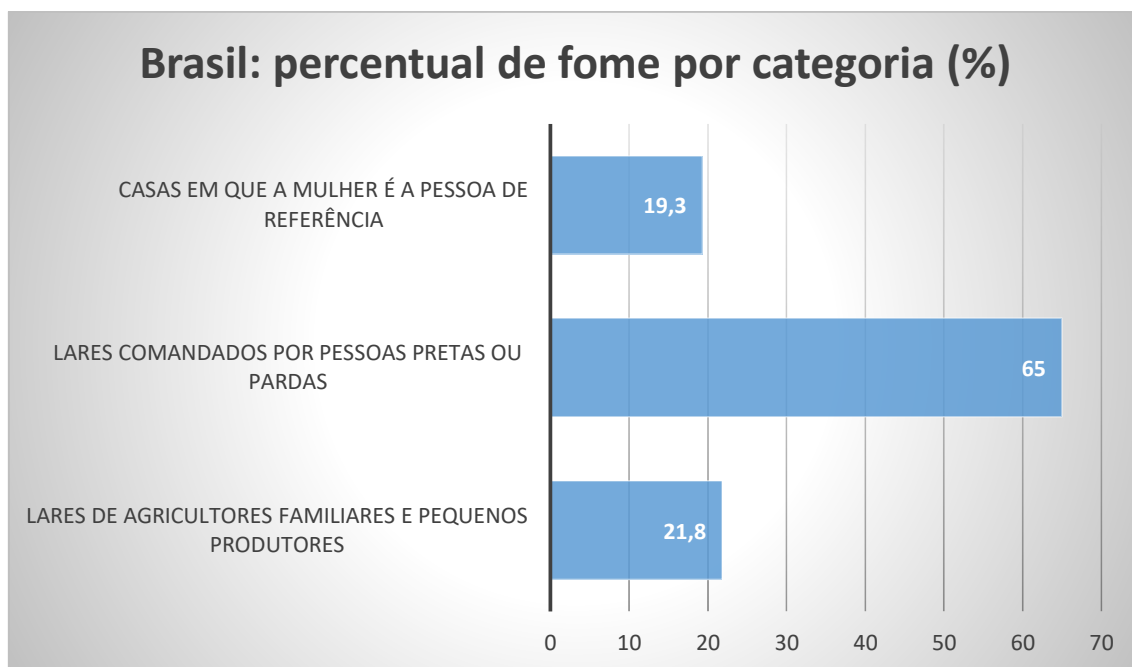


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2017-2018. Elaboração: NASCIMENTO, D. D. G., 2022.

A proporção de IA leve foi observada em cerca de 1/3 dos domicílios particulares das Regiões Norte (31,8%) e Nordeste (29,8%), indicando um número elevado de moradores vivendo com a preocupação ou incerteza na manutenção do acesso aos alimentos, assumindo assim estratégias que acabam por comprometer a qualidade da dieta e a sustentabilidade alimentar da família (IBGE 2020, p. 31).

A Insegurança Alimentar segue até a atualidade como questão preocupante, em estatísticas coletadas entre novembro de 2021 e abril de 2022, a fome aparece de forma acentuada em públicos já conhecidos (Rede PENSSAN, 2022). De acordo com o gráfico 2 – Brasil: percentual de fome por categoria (%), a fome no Brasil se apresenta de forma mais acentuada em algumas categorias.

Gráfico 2 - Brasil: percentual de fome por categoria (%)

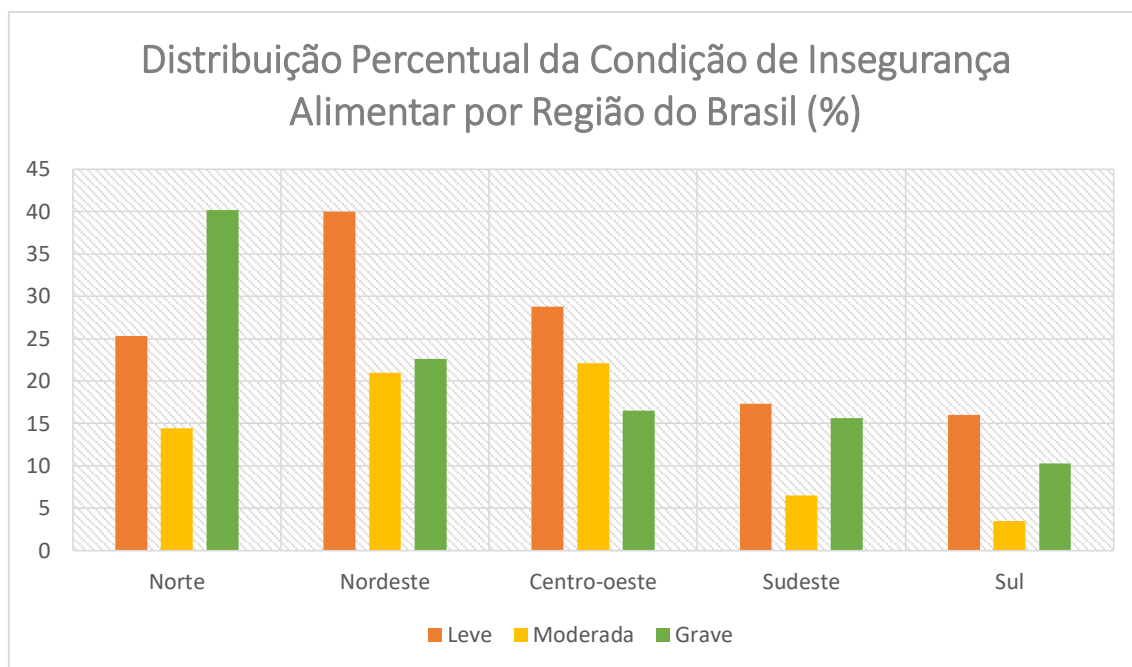


Fonte: PENSSAN, 2022. Elaboração: NASCIMENTO, D. D. G., 2022.

Em lares em que se tem a mulher como referência a fome chega a 19,3% um número resultante principalmente pela desigualdade no que se refere a questões salarial entre gêneros. Em residências onde são comandadas por pessoas pretas ou pardas a fome atinge 65% e em lares de agricultores familiares e pequenos produtores temos um número de 21,8% de pessoas que são atingidas pela fome.

Pode-se constatar a presença de Insegurança Alimentar (IS) também nas regiões do Brasil. No Gráfico 3 – Distribuição Percentual da Condição de Insegurança Alimentar por Região do Brasil (%), é apresentado as formas que cada região é atingida pela Insegurança Alimentar (IS) de modo leve, moderado e grave considerando o quantitativo de domicílio de agricultores familiares/produtores rurais no Brasil em cada região.

Gráfico 3 - Distribuição Percentual da Condição de Insegurança Alimentar por Região do Brasil (%)



Fonte: PENSSAN, 2022. Elaboração: NASCIMENTO, D. D. G., 2022.

Na região Norte a Insegurança Alimentar se acentua com 25,3% levemente, 14,4 moderadamente e 40,2% de modo grave. Diferente da região Norte, o Nordeste acentua-se a fome de modo leve com 40,0%, moderadamente com um total de 21,0% e 22,6% pessoas são atingidas de modo grave. A região Centro-Oeste apresenta-se com um total de 28,8% de atingidos pela Insegurança Alimentar de modo leve, 22,15 de modo moderado e 16,5% de pessoas nessa região são atingidas gravemente. Diferente das regiões mencionadas o Sudeste e o Sul são regiões que apresentam-se com menores índices de Insegurança Alimentar. O Sudeste apresenta-se como 17,3% atingidos de forma leve, 6,5% somam o total dos que são atingidos moderadamente e de modo grave soma-se um número de 15,6%. A região Sul, de acordo com a Rede PESSAN, é a menos atingida pela Insegurança Alimentar apontando 16,0% de pessoas atingidas levemente, 3,5% afetadas de forma moderada e 10,3% dos que compõe os agricultores e produtores rurais de modo grave.

Mesmo diante da perversidade do capital que assola o campo e a agricultura familiar, as lutas continuam. No que tange à alimentação, se o objetivo fosse plantar nas terras para sobrevivência, ou seja, para alimentar a população, não teríamos uma realidade tão dura e sofrida para boa parte da população.

2.1 A problematização da questão agrária no Brasil

Até o ano de 1500 d.c. a história registra que as populações que aqui habitavam viviam dedicada basicamente à caça, à pesca e a extração de frutas, onde parcialmente tinham o domínio da agricultura, os bens da natureza eram somente para fins de sobrevivência social do grupo (STEDILE, 2011). No entanto esta realidade teve fim com a chegada dos portugueses a essas terras, em 1500, pois o seu domínio desmantelou a forma de viver dos povos nativos que aqui viviam, desde os seus modos de produção até as suas leis. A terra que até então era de todos e para todos, passou a ser de um único dono, o rei de Portugal. O domínio de Portugal sobre o Brasil acabou em 1822, mas não a desigual divisão de terras, como veremos mais a seguir.

A desigualdade social e a concentração fundiária estão instauradas no Brasil desde o período da colonização portuguesa que por meio do regime de sesmaria dava direito de posse de terras aos donatários e sesmeiros, sendo as terras consideradas como propriedade do Estado. Durante esse período de colonização, negros escravizados, indígenas, etc não tinham o mesmo direito da posse de terra, todavia os senhores de engenho, pessoas ricas, fidalgos, que mandavam nos engenhos e tinham influência em toda região, sempre tinham uma grande área para plantar cana de açúcar. De acordo com Mirralha (2006, p. 152), “O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo”.

Nesse cenário, vale a ressalva de que a produção familiar sempre esteve presente, no entanto era pautada apenas para consumo e distribuição nos pequenos comércios, pois as grandes produções eram destinadas à exportação, principalmente a de cana-de-açúcar, para Portugal. Percebemos diante da literatura sobre a temática que a agricultura familiar era baseada em ações subalternas, sempre pautada em produzir para si mesmo ou para os pequenos comércios, limitando-se a pequenas/grandes ações econômicas. Sobre essa temática Mirralha (2006, p. 153) afirma que:

Durante o período colonial, a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, teve uma grande

importância para o Brasil naquela época, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população.

Com a suspensão do regime das sesmarias, implantou-se em 1850 a Lei de Terras, onde segundo Mirralha (2006, p. 153) “só era possível a compra por meio do dinheiro”. Essa ação visava o controle de terra por meio das elites que preocupadas com o fim do tráfico negreiro, planejavam “aprisionar” os novos imigrantes a trabalharem em suas lavouras de café, sem a opção de ter um pedaço de terra para plantar o que desejassem e comercializar a seu modo.

A permanência do poder político da oligarquia agrária é latente, Mirralha (2006, p. 154) pontua que:

No final do século XIX e início do século XX o país começou apresentar uma modesta industrialização e assim os industriais precisavam expandir o mercado de consumo interno para vender seus produtos, mas, a maior parte da população se constituía de trabalhadores das grandes fazendas de café que trabalhavam no regime de colonato que não eram consumidores de produtos oriundos da indústria, pois não tinham a posse da terra e eram “presos” a uma grande propriedade.

O modelo de ruptura econômica a partir da década de 1950, marcado pelo programa de substituição de importações, resultantes num aumento da participação do Estado, tornava a agricultura como a principal fonte de abastecimento dos centros urbanos. E diante desse cenário, Mera (2008, p. 3) pondera:

É neste mesmo período que a questão agrária com um caráter mais fundiário ganha força, manifestado principalmente pela luta ao acesso à terra a partir de 1955, com a fundação das ligas camponesas, inicialmente no Nordeste e em seguida em todo o país. A discussão era a ausência de uma reforma agrária, em que a existência de grandes latifúndios ocasionando concentração de renda, impedia a criação de um mercado consumidor mais amplo para a indústria.

A desigualdade da distribuição da propriedade da terra foi embasada nas informações geoespaciais de imóveis rurais, os resultados denotaram que medidas de regularização fundiária não estavam corroborando com os grupos excluídos e

vulneráveis da agricultura brasileira. A luta pela terra é constante, frente aos movimentos em defesa pelo fato de que a terra é um direito do seu povo inclusive de sobrevivência. De acordo com Mirralha (2006, p. 156):

No final da década de 1950 e início da década de 1960, começam a aparecer no campo, militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que começam a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária que existe no Brasil, pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país. E esses movimentos sociais ganham força quando João Goulart assume a presidência, visto que este presidente tinha ideias progressistas e entendia que a reforma agrária era fundamental, naquele momento, para a completa modernização do país.

E pensando nessa reforma agrária, as massas camponesas oprimidas e exploradas, reuniram-se no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas, declarando:

A característica principal da situação agrária brasileira é o forte predomínio da propriedade latifundiária (...) é o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o estadunidense, que nele se apoia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrogradadas e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. (Trecho extraído: Primeira proposta da reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil – Belo Horizonte, 1961, p.74, In: STEDILLE, 2005).

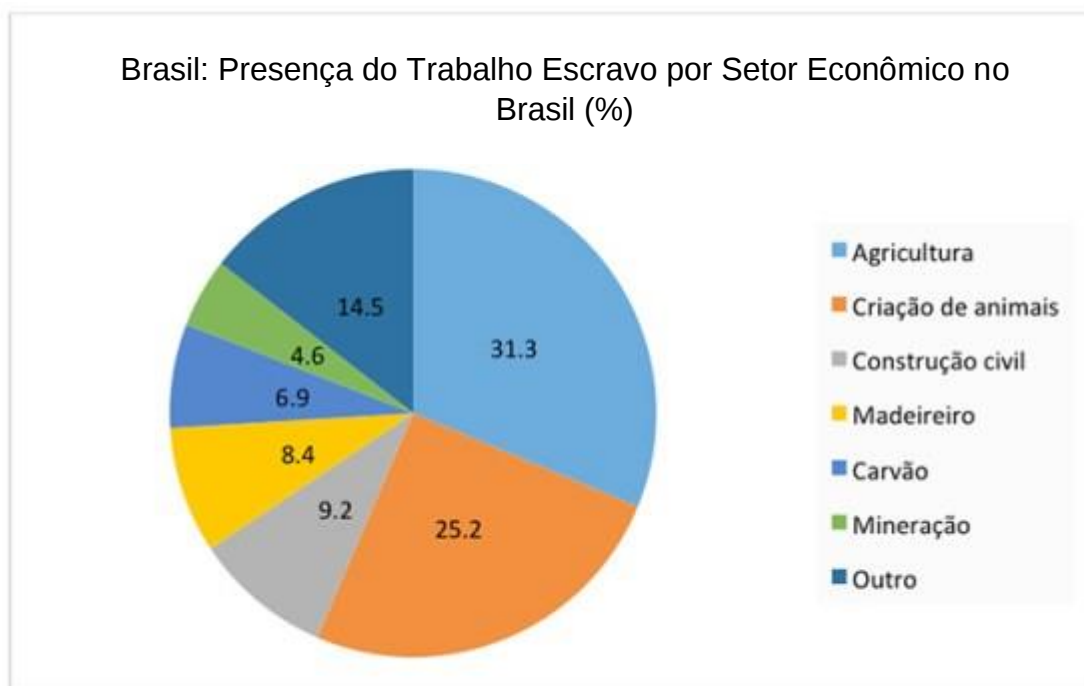
A luta pelo direito ao acesso à terra é uma luta contra quem está envolvido na propriedade capitalista da terra, o capital. Oliveira (2007, p. 67) afirma que “A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras”. É pensando nesse viés que reforça-se o amadurecimento dos movimentos agrários para amenizar as pressões sociais que a concentração da terra impõe.

Na contramão dos direitos do povo tem-se enfrentado contra o Estado a terrível questão do agronegócio, que vem com a ideologia de trazer benefícios para o setor econômico e a toda sociedade como um todo. Souza e Conceição (2008, p. 106)

dizem que “São nos grandes projetos do agronegócio que têm sido encontradas as formas “modernas” de trabalho escravo e semiescravo, nas grandes lavouras”. Mesmo que de forma maquiada, escraviza as pessoas relembrando do período de escravidão, mas desta vez de forma modernizada e bem estruturada pelo Estado.

Em diversos setores onde são desenvolvidas atividades que necessitam da mão de obra, atualmente ainda nos deparamos com a presença do trabalho escravo. Veja no gráfico 4, como se apresenta alguns setores empregadores que carrega perversamente o trabalho escravo.

Gráfico 4 - Brasil: presença do trabalho escravo por setor econômico no Brasil (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – 10/2017. Elaboração Fundação Perseu Abramo.

O trabalho escravo é tangível em vários setores da economia brasileira. Todavia o agronegócio ainda permanece como campeão absoluto do trabalho escravo, em outros setores também existe participação de trabalho escravo, a criação de animais soma o percentual de 25,2%, a construção civil conta com 9,2%, madeireiro estima-se a participação de 8,4%, carvão com 6,9%, a mineração apresenta 4,6%, outras atividades não especificadas conta com 14,5%, porém é na agricultura com um número de 31,3% que contabilizamos uma demanda exacerbada desse modelo degradante de trabalho. Logo em seguida à agricultura, tem-se a criação de animais com uma porcentagem relevante deste tipo de trabalho, a saber

25,2%, outros setores como o trabalho com a mineração, madeireiro, carvão e outros possuem também uma porcentagem frente a estas condições análogas à escravidão.

O agronegócio é a maneira como o capitalismo se apresenta no campo no atual modelo histórico. O que não é informado é a condição proposta para se manter tal modelo de produção. As técnicas de cultivo inadequadas para a produção de alimentos o uso exacerbado de agrotóxicos, a disseminação de transgênicos e produtos híbridos fazendo surgir desta forma barreiras e empecilhos para a agricultura familiar.

Para que se garanta a segurança alimentar e nutricional implantando uma resistência as imposições mercadológicas, temos como exemplo a agricultura familiar. Pode-se até não produzir em larga escala, mas produz o alimento que mata a fome dos que estão à mercê de uma vida escassa de fartura e vivem subalimentados, onde estão vulneráveis a doenças, com maior probabilidade em não conseguir resistir a mesma, pelo fato de apresentar um quadro de saúde com imunidade comprometida, por falta de nutrientes que supram o seu organismo. Rosaneli et al (2015, p. 90) corroboram afirmando que “Compreender todas as desumanas dimensões da situação de pobreza extrema não é tarefa simples, tantas são as variáveis que fazem parte desse padecimento”.

São extensos os fragmentos que encontramos acerca da fome no Brasil, e sabe-se que através de violência e barbárie as leis contra reformistas têm impedido a reforma agrária de acontecer em nosso país, fazendo dessa forma com que a terra continue distribuída de forma injusta, e aquele que sobrevive do campo permaneça à mercê dos desafios tangíveis frente aos latifúndios no meio rural.

Fabrício (2017, p. 3) aponta que “as leis que regem o mercado fizeram dos alimentos uma mercadoria voltada apenas para aqueles que podem comprar para consumir, especulando e transformando-os em commodities”. Ou seja, nos fizeram reféns do poderio alimentar, que não leva em conta nossas raízes que tem a capacidade de produção para atender uma grande massa de pessoas. Seguindo esse viés Fabrício (2017, p. 9) afirma que “o Brasil é um país que não garante o direito à alimentação de qualidade para seu povo, pois não produz seus alimentos de forma integral, necessitando importar muito do que sua população consome”. Partindo desse pressuposto, sabemos as ricas contribuições dos movimentos sociais para as lutas em prol do fim dos latifúndios, que embora não seja garantia de uma soberania

alimentar é uma segurança de que as atuais forças produtivas do campo podem um dia deixar de existir e assim abrir espaço para que as forças burguesas sejam destruídas e que o camponês não seja instrumento de enriquecimento do sistema capitalista. De acordo com Meireles (2004, p. 12):

Iniciativas “agroecológicas”, como o resgate e a manutenção de sementes varietais pelas famílias agricultoras, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos limpos e a articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos, são condições indispensáveis para garantir o acesso a alimentos de qualidade para todos.

Até que o alimento passe por um processo de cultivo e colheita temos uma demanda de prazo, é justamente nesse viés que as grandes empresas querem minimizar o tempo de produção, independente das consequências serem benéficas ao ser humano, e justamente em contraposição a esse pensamento, Altieri (2010, p. 30) assevera:

Considerando a urgência dos problemas que afetam a agricultura, são necessárias coalizões que possam promover com rapidez a agricultura sustentável entre agricultores, organizações da sociedade civil (incluindo consumidores), bem como importantes organizações de investigação comprometidas.

É seguindo um pensamento distinto ao modelo atual, que favorece apenas as corporações e fomenta o sistema capitalista, que os movimentos sociais do campo almejam uma produção alimentícia que esteja relacionada aos modos de vida local, bem como investir no custeio acessível, aos que vivem e sobrevivem do campo.

A fome assola de forma devastadora e é crescente o número de subalimentados, não bastava a atual situação que nos encontramos com um modelo de produção e alimentação desfavorável a uma grande maioria da população, nos deparamos com uma pandemia global da COVID-19, um vírus ainda em estudo que vem destruindo não somente por seus efeitos diretos, mas principalmente seus efeitos indiretos, comprometendo a vida da população de classe baixa, através das mazelas que a pobreza traz consigo. De acordo com Lima (2020, p. 343):

No Brasil, os efeitos da provisão predominantemente privada de alimentos são visíveis. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e outras empresas vinculadas ao Estado estão fragilizadas e se mostram incapazes de interferir decisivamente nesse momento de pandemia, em que a ameaça da fome a uma parcela expressiva da população é uma possibilidade tangível.

É alarmante como o quadro de miséria no Brasil só tende a crescer e nada na prática é feito de fato para reverter a situação. No que diz respeito à pobreza no Brasil, Rosaneli et al (2015, p. 90), destacam:

No Brasil, o contingente incluído na condição de extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população do país. A maior concentração delas (59,1%) encontra-se na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas. Dos 8,67 milhões extremamente pobres que vivem em áreas urbanas, pouco mais da metade reside no Nordeste (52,6%) e cerca de um em cada quatro, na região Sudeste (24,7%).

Após a pandemia do Covid-19 os relatos sobre a fome no Brasil foram mais acentuados. A classe proletária sofreu com a eminente ameaça de dificuldade de acesso à alimentação, sendo pressionada para que não parasse seu trabalho. Essa repressão era pautada na crença de que o alimento básico para sua sobrevivência poderia faltar, caso os mesmos não voltassem para os seus trabalhos de rotina. Essa jogada tinha como intuito fazer o trabalhador se sentir culpado pela situação em que se encontrava/encontra, de precariedade em falta do alimento básico para sua sobrevivência, quando se sabe que para além do atual quadro compreende-se que temos uma estrutura fundiária concentrada, dominada pela grande propriedade, controlada por capitalistas (individuais ou corporações empresariais). Partindo dessa situação de fome e pobreza e considerando o modelo hegemônico de produção de alimentos, Lima (2020, p. 334) expõe que:

A extraordinária elevação das forças produtivas da sociedade oferece, anualmente, uma oferta de alimentos que excede a demanda, mas não garante a eliminação da fome. Jamais se produziu tanta pobreza e tantos famélicos às margens de ofuscante abundância.

Partindo desse viés, tem-se como premissa que o Brasil é grande em produção ao mesmo tempo que diverge no quesito distribuição, uma vez que o alimento é

tratado como mercadoria sob os moldes do capitalismo. De acordo com Coca (2016, p. 24), “é impossível a existência da justiça na produção e no consumo de alimentos em escala mundial se não existir uma proposta de inserção da agricultura familiar e dos povos indígenas nas políticas alimentares”.

A Via Campesina, um movimento internacional, responsável pela organização camponesa de comunidades indígenas e de pequenos e médios agricultores, é uma das principais políticas em defesa da soberania alimentar, uma vez que a mesma reitera a importância da escolha de uma produção benéfica e com qualidade, além de que, foca na preservação dos recursos naturais, para a finalidade produtiva do produto alimentício.

Ganha ênfase, ainda dentro de *A Via Campesina*, a importância do gênero feminino, uma vez que as mulheres vêm se destacando nas lideranças dentro dos movimentos com excelente desempenho, através das atividades realizadas na produção de alimentos e contribuindo de forma direta ou indireta nas atividades campesinas e políticas. De acordo com Coca (2016, p. 25):

A proposta de soberania alimentar visa reformular as bases patriarcais que caracterizam a sociedade capitalista, fazendo com que em muitos contextos sociais os direitos das mulheres não sejam respeitados. Reconhece-se que as mulheres exercem um papel crucial para a viabilidade de grande parte das comunidades camponesas e que por isso, elas não podem ser deixadas de lado na discussão sobre a necessidade de mudanças no ordenamento do sistema alimentar global.

Não bastasse a questão devastadora da fome, o gênero feminino ainda sofre resistência no que tange à igualdade de direitos a serem usufruídos por elas. As mulheres lutam pela construção de uma sociedade que preze pela igualdade de gênero e que assegure o direito básico à alimentação. Além disso, reivindicam o direito à terra e ao território na construção de lutas por uma sociedade que visa uma equidade quando nos referimos ao direito básico da alimentação.

A luta travada pela organização *A Via Campesina* busca melhores condições de vida através da soberania alimentar e salienta a importância do modo de produção, dando ênfase ao campesinato, que se dedica a atividades agrícolas. Nesse sentido Altieri (2010, p. 29) segue a linha pela qual:

As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais.

Contudo, sabe-se que o Estado é um dos menos interessados em cooperar com um tipo de atividade que não beneficie o capital, as grandes corporações sempre serão a prioridade para produção de alta escala, que tampouco visa à qualidade e à saúde de um povo. Em contrapartida, o intuito da soberania alimentar é sobretudo:

Proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. (ALTIERI, 2010, p.30).

A soberania alimentar (direito ao acesso a alimentos saudáveis, produzido por seu próprio povo/comunidade, ou de uma determinada região de modo sustentável) precisa ser sustentada e fixada em estudos e práticas que sigam a sua linhagem de pensamento. Pensando nesse viés, Meireles (2004, p. 12) pondera:

Iniciativas “agroecológicas”, como o resgate e a manutenção de sementes varietais pelas famílias agricultoras, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos limpos e a articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos, são condições indispensáveis para garantir o acesso a alimentos de qualidade para todos.

Existem vários movimentos percussores na luta pela terra e território, visando através do campesinato uma forma de continuar persistindo até obter êxito em algumas batalhas travadas. Sobre essa questão, Coca (2016, p. 23) pontua o seguinte:

As linhas políticas da La Via Campesina deixam claro o objetivo de modificar a correlação de forças que faz com que os agricultores familiares/camponeses e indígenas sejam subalternos ao agronegócio na condução do desenvolvimento do campo.

É de total relevância que a reforma agrária ocorra no Brasil, é uma política que precisa estar em comunicação com o estado e movimentos que trabalham em prol

dessa conquista, para que todos venham a usufruir da terra de forma justa e mais igualitária.

3. DISCUSSÃO SOBRE A SOBERANIA ALIMENTAR NO LIVRO DIDÁTICO

A partir do estudo sobre a importância do livro didático e o ensino de Geografia podemos refletir sobre a relevância de um material didático em relação ao que o aluno aprende em sala de aula, levando em consideração que muitos alunos dispõem apenas do livro didático para auxiliar no conteúdo. É estreitamente importante que esteja contido no currículo a reflexão sobre a questão agrária no Brasil e a validade da soberania alimentar, faz-se necessário que o aluno entenda toda essa complexidade a respeito de como o alimento é produzido, quais os processos necessários para que se chegue na fase final e o produto esteja pronto para a distribuição e o consumo. Os livros didáticos como material de apoio nem sempre apresentam esses assuntos da forma que necessariamente devem ser apresentados. A Geografia, em especial, é uma das disciplinas escolares responsáveis por colaborar com o exercício de consciência na atualidade à luz do exame das relações sociais de produção no campo e de seus propósitos.

3.1 Análise teórico-conceitual do livro didático

Para se embasar e complementar uma boa aula, muitos educadores fazem uso do livro didático e embora haja algumas críticas quanto ao uso do mesmo, é ele quem norteia as aulas ministradas pelo professor. De acordo com Azambuja (2014, p. 12): “O livro didático é parte da cultura escolar e, quando utilizado como manual de estudo, inclui o conteúdo-forma das disciplinas escolares trabalhadas na Educação Básica”. Pode-se afirmar que o professor tem em mãos um objeto de estudo que tem sentido duplo, onde compete ao que conduz fazer um uso proveitoso do mesmo. Em consonância a esta afirmativa, Santos (2016, p. 7) aponta que: “O livro didático, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça”. Além de ser um excelente aliado para as aulas, pode-se agregá-lo a outras metodologias, o que fará com que a aula não fique monótona.

Ainda citando Azambuja (2014, p. 27): “Os livros didáticos produzidos e publicados no período pós Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam importantes mudanças qualitativas, tanto no padrão gráfico, quanto no conteúdo e na forma das atividades de sala de aula”. É seguindo este padrão de atender de forma positiva o ensino em sala de aula que o livro didático até a atualidade é um dos

instrumentos didáticos mais utilizados no exercício de ensinar. Todavia, para além de mensurar a importância do uso do livro didático sabe-se que evidentemente existe um contexto envolvido na participação massiva deste objeto de apoio para o professor, pois “A produção do livro didático serve certamente para a acumulação do capital, mas onde há o capital, há também o trabalho, os trabalhadores e suas práticas” (MUNAKATA, 2012, p. 64). É evidente que se não fosse um veículo de aprendizagem positivo e que não fosse objeto, também, para o acúmulo de capital, ele não estaria mais em sala de aula. Santos (2017, p. 141) aponta que:

A importância de se pensar o Livro Didático, de sua avaliação até a chegada às escolas, se releva pela razão de ele ainda ser um material muito utilizado dentro das instituições de educação básica, seja por comodidade do professor – muitos docentes não são formados na área em que atuam (uma tendência cada vez maior com o esvaziamento que observamos nas licenciaturas, principalmente nas humanas), seja pelo professor realmente ver neste material o ponto de início para a organização de suas práticas pedagógicas.

Tendo em vista que através de outros meios os alunos também absorvem os conteúdos, o professor sempre busca metodologias diversas de ensino, visando a compreensão de todos, sem que haja prejuízo no aprendizado. Quando o livro didático passa a não ser um auxiliar positivo na aula, um sinal de alerta é aceso:

Assim, tudo parece indicar que há dificuldades para se produzir livros didáticos voltados de forma precípua a atender especificidades de realidades regionais ou locais, ou que reforça as possibilidades de se estabelecer uma relação biunívoca entre currículo nacional e livro didático (SPÓSITO, 2009, p. 307).

Pelo fato do mesmo não ser conduzido de modo correto, inexplorado em suas devidas observações, e diversas vezes nem o próprio livro estabelecer essa relação real de conteúdo, diversos alunos estarão trabalhando com assuntos alheios a sua realidade e com equívocos factuais. “As editoras de livros didáticos, por sua vez, oferecem um produto voltado, principalmente, para se adaptar a esta realidade precária vivenciada pelos professores brasileiros nos campos profissional e da formação” (SILVA, 2012, p. 806). Uma vez que a realidade através das páginas do livro didático pode estar mascarada, considera-se risco eminente a um conhecimento preciso de determinado conteúdo, além de que diversas vezes estes conteúdos

apresentam-se de modo a contribuir e facilitar o trabalho do professor em sala de aula. Sendo o livro didático um dos recursos mais utilizados em sala de aula, Silva (2012, p. 812) pontua que:

Consequentemente, em 1995, o MEC iniciou um processo de avaliação mais criterioso e sistemático que vem analisando até hoje os livros didáticos adquiridos para distribuição às escolas de Ensino Fundamental da rede pública brasileira. A equipe de pareceristas passou a adotar critérios de avaliação que são públicos e aparecem descritos no Guia dos Livros Didáticos para o conhecimento de professores e interessados. Além disto, o modelo foi sendo aprimorado nos PNLD's subsequentes.

É válido ressaltar a importância na escolha do que é apresentado no contexto do livro didático, bem como os resultados que o mesmo trará na vivência em sala de aula. O Estado brasileiro tem uma relação intensa com os livros didáticos durante basicamente todo o Período Republicano e durante anos dentro da educação brasileira vem demonstrando adaptação as mudanças propostas seja por renovação de currículos, seja por alterações dentro do próprio ensino escolar. Desse modo Nascimento e Lira (2019, p. 5) afirmam que:

O professor e o livro didático são elementos importantes no processo de aprendizagem do aluno: o professor por ser ele quem oportuniza diferentes situações de ensino aprendizagem, é o sujeito que direciona a aprendizagem; e o livro didático é importante por ser um dos materiais mais utilizados na sala de aula.

Decerto, conversando sempre com o que será levado para sala de aula e de acordo com a necessidade de cada turma, o livro didático se torna um grande aliado, de modo positivo, no processo de ensino e aprendizagem. Para Libâneo (1990, p. 150): “O professor ao dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos, utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos, a que chamamos de ensino”. Dentro das metodologias de ensino adota-se algumas pontes de se explanar um determinado conteúdo e, desde os tempos passados até o período atual, é o livro didático o pioneiro no auxílio para se ministrar uma boa aula. Callai (2016, p. 274), corrobora quando afirma:

O Livro Didático (LD), como um material de uso nas escolas, se constitui como poderoso instrumento que permite acesso ao conhecimento na medida em que apresenta informações da disciplina específica. Mais que informações que trazem os conteúdos, orienta-se nos Livros Didáticos (LD) como proceder para ministrar as aulas nos determinados níveis de ensino a que se destinam. Muitas vezes este é o único livro que as crianças, estudantes da escola pública e suas famílias, possuem em suas casas. Torna-se então um valioso documento que permite acessar o conhecimento. Mas, por outro lado, é também um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação dos conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional.

É justamente partindo de uma visão politicamente justa que se faz necessário, ao se trabalhar com o livro didático em sala de aula, leituras críticas e participação de todos, professor e aluno, com objetivos em comum, estudar e analisar o que as páginas do livro nos informam, se nos trazem conteúdos rasos, conteúdos incompletos, realidades locais ou apenas globais e quais os ensinamentos que os mesmos socializam para que o aluno seja um indivíduo bem informado e, sobretudo, com capacidade de avaliação dos fatos.

3.2 O livro didático e o ensino de Geografia

Sabe-se que a Geografia é a ciência que estuda a relação entre a sociedade e a natureza e dentro dessa perspectiva pode-se mencionar inclusive as transformações decorrentes desse contato. No que se refere ao ensino da Geografia como ciência no Brasil, Nascimento e Lira (2019, p.4) apontam que:

Quanto ao ensino da Geografia como ciência no Brasil, a mesma começou nas Universidades do Sudeste (com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo – USP) na década de 30, através do professor francês Pierre Deffontaine.

Partindo do pressuposto de que a Geografia está inserida em nosso cotidiano, pode-se afirmar que ela enquanto ciência é influenciadora por meio do ensino, em práticas e ações que nos orienta e induz para importantes temáticas, que por subsídio do livro didático vem esclarecer e exercer sua funcionalidade. Segundo Santos (2016, p. 6) o livro didático “[...] acumula várias funções, como a de ser instrumento de

intercâmbio e inter-relação social, permitindo a comunicação no tempo e no espaço assim como constitui vasta fonte de informações, apesar de apresentar de forma ideológica e superficial”. Temas relevantes da atualidade não somente global, mas sobretudo local que envolvem tanto a área física quanto a área humana da Geografia são apresentados e vistos em livros didáticos da disciplina. Martins (2019, p. 34) define que:

A mediação do processo de aprendizagem da geografia na escola pode contribuir para uma formação capaz de formar um ser humano com habilidades intelectuais para opinar, discordar e resolver problemas na sociedade em que vive. Decerto, a geografia pode ser entendida como uma “linguagem geográfica” (e não como uma “educação geográfica”), podendo nos ajudar a perceber/compreender o mundo.

É importante pontuar que através de questionamentos e conversas pode-se enriquecer conteúdos que estejam expostos no livro didático usado para se ministrar uma aula, que na ausência do diálogo, jamais poderiam ter tanta relevância e assim tornar significativa a aprendizagem dos conteúdos aplicados em sala, tornando a aula dinâmica. Gabrelon e Silva (2017, p. 130) afirmam que:

[...] o Livro Didático pode ajudar o professor a organizar o trabalho na sala de aula e que essa discussão contribui para pensarmos os papéis que o ensino de Geografia desenvolve na escola. Todavia o ensino do conhecimento geográfico não se realiza isoladamente, ele se insere em uma matriz curricular que é composta por outras disciplinas a serem praticadas em uma mesma instituição, assim, nos deparamos com a necessidade de pensar o sentido da Geografia em um currículo e de que maneira essa disciplina, por meio dos Livros Didáticos, contribui para a escola cumprir os seus objetivos.

É extenso o percurso que é vivido pelo professor e o aluno durante esse processo de ensino e aprendizagem na educação básica. Existem inúmeros fatores que favorecem e desfavorecem ambos (aluno e professor). Diversas vezes, a falta de incentivo do professor parte justamente por uma sobrecarga que o mesmo enfrenta, seja na dificuldade de ministrar a aula por falta de recursos, por lotação em sala de aula, falta de infraestrutura, etc. Esses e tantos outros fatores negativos corroboram para que a aula não seja repassada como o professor deseja, sabe-se que as

condições objetivas influenciam o meio para bons ou maus resultados. Partindo desse pressuposto, Souza e Rocha (2020, p. 6) afirmam que:

O ambiente e o processo de ensino estão cada vez mais complexos, tendo em vista que o perfil dos alunos tem mudado ao longo do tempo, passando de alunos passivos que apenas ouvem o que lhes é dito para alunos cada vez mais conectados, cheios de informações e possibilidades de questionamentos.

É exatamente pela evolução diária dos alunos e pelas atualidades que surgem ao longo da vida, que se necessita de inovações sem perder o foco no aprendizado. Para Rua (1998, p. 89):

A construção do conhecimento não é privilégio da universidade ou dos institutos de pesquisa. Ela se dá também em sala de aula, no dia-a-dia do relacionamento professor/aluno de uma escola de 1º e 2º graus, sempre que haja reflexão crítica e análise do indivíduo como parte da sociedade.

Para além da sala de aula existe um universo de aprendizagens que o aluno diversas vezes transfere, inclusive para o professor, e esses saberes são frutos da vivência do cotidiano de cada um. Conforme afirma Santos (2016, p.3):

Na perspectiva da geografia tradicional, o professor utiliza como forma de memorização, não reflexiva, positivista e apresentada como verdade absoluta e inquestionável. Neste tipo de abordagem, as propostas de exercícios pedem respostas padronizadas, apresentam conceitos como verdades indiscutíveis e não permitem aos alunos e professores um debate crítico e criativo que é uma das finalidades do processo de ensino aprendizagem. Essa perspectiva teórica-metodológica na sala de aula depende da relação que existe entre a formação geográfica e pedagógica do professor, o tipo de escola, o público que a frequenta e as classes sociais que atende.

Geralmente quando se depara com um ensino desse modo temos apenas reprodutores de conteúdo, no qual o professor apenas passa o assunto de tal forma que não possibilita o questionamento ao indivíduo ou até mesmo dar uma opinião ou resposta contrária a dele. “O artigo 22 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 determina que: A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e

fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (AZAMBUNJA, 2014, p. 26).

É de responsabilidade da escola manter da melhor forma possível o estudante nesse contexto de formação contínua. O professor é um dos maiores protagonistas frente a esse processo de ensino e aprendizagem. Ao estimular a aprendizagem dos seus alunados, atualmente, utiliza-se meios, recursos, condições externas, todos esses métodos agregados ao livro didático, para que o mesmo seja atraído de modo que venha a desenvolver seu interesse por aprender o que a programação da aula demanda, e para além do conhecimento em sala de aula, venha colocar em prática em seu dia-a-dia. De acordo com Libâneo (1990, p. 149):

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao “Como” do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo Professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdo. Temos, assim, as características dos métodos de ensino: estão orientados para objetivos; Implicam uma sucessão planejada e sistematizada de ações, tanto do Professor quanto dos alunos; requerem a utilização de meios.

Toda e qualquer ação para ser executada requer planejamento, e o de ensinar demanda também essa responsabilidade, sobre isso Santos (2016, p. 5) afirma que:

Percebe-se que a atividade de planejar as aulas é uma forma de evitar o improviso, prever o futuro estabelecendo os caminhos que podem executar as ações educativas. As ações de planejar são importantes para uma boa atuação profissional e servem como uma guia de orientação onde deve conter objetividade, coerência e flexibilidade.

É nessa organização e planejamento que o professor opta por meios e métodos que atinjam os objetivos traçados para se obter sucesso em sala de aula. Os obstáculos enfrentados pelos docentes são inúmeros, principalmente no ensino de Geografia, a começar pela quantidade mínima de dias de aula na semana que um professor utiliza para ministrar aula. Souza e Rocha (2020, p. 7) apontam que:

Na grade curricular do Ensino Médio constam duas aulas semanais, e em algumas séries do Ensino Fundamental II, podem existir três aulas, isso no ensino público. E para as poucas aulas disponíveis, é preciso trabalhar muito conteúdo, soma-se a isso o desinteresse de alguns educandos, a falta de estrutura nas escolas que decorre dos poucos

investimentos do poder público e a baixa remuneração dos professores - especialmente no início de carreira. Todos estes fatores contribuem para a desmotivação profissional do educador, levando-o a trabalhar de maneira superficial e rápida, podendo, com isso, comprometer o ensino.

A sala de aula é heterogênea o que implica um planejamento minucioso, atendendo de forma igualitária a todos. Várias estratégias são planejadas e postas em prática em busca dos melhores resultados. Santos (2016, p. 4) aponta que:

O professor, desta forma, representa uma peça-chave na relação ensino aprendizagem visto que é a partir da seleção criteriosa dos conteúdos, objetivos e metodologias que o docente define as ações para que ocorra a produção/construção do conhecimento. Esta seleção auxilia para que o aluno obtenha uma boa leitura do espaço geográfico e se perceba como agente transformador.

É criterioso o manejo para a escolha de como os conteúdos debruçados nos livros didáticos precisam ser repassados em sala de aula. "A ciência geográfica tem gerado, nos últimos anos, discussões sobre a temática referente aos conteúdos inseridos nos livros didáticos de Geografia" (SANTOS E ALBUQUERQUE, 2014, p. 64). É importante que entre no contexto do ensino-aprendizagem em sala de aula, o discente possa conhecer e aprender as diferentes dimensões que a Geografia abrange. Complexa e ao mesmo tempo carregada de explicações, a Geografia permite analisar o meio em que estamos inseridos, e dentro do contexto escolar a mesma é de extrema relevância para que possamos compreender desde os fenômenos que acontecem na superfície terrestre, até os mais complexos casos que envolvam a sociedade e a natureza.

Santos e Albuquerque (2014, p. 64) nos dizem que: "O ensino da Geografia deve prever a construção da cidadania. Deve conter em si a reflexão constante de uma consciência". E na edificação de um pensamento crítico, a ciência geográfica é influenciadora no que diz respeito a entender as determinações essenciais da produção do espaço, em diferentes escalas por se tratarem de assuntos globais. Porém o professor que se limita apenas ao livro didático e não faz uso de outras metodologias e recursos, pode não sanar todas as dúvidas referentes a algum conteúdo aplicado em sala de aula. "Na escolha do livro didático que será inserido na sala de aula o professor deve-se atentar para observar como este proporciona um

conhecimento e produz qualidade de ensino” (SANTOS, 2016, p. 2). É de responsabilidade do professor selecionar justamente o tipo de conteúdo que foi planejado e se o único veículo auxiliar para complementar a aula for distante da realidade do aluno, ele deve complementar com exemplos o mais próximo possível do real, prezando por uma educação contextualizada. Para Sousa e Rocha (2020, p. 8):

Essa aproximação leva a construção de metodologias mais eficazes e que contribuem para o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência, e também da disciplina escolar, pois, as discussões são construídas dentro da realidade do processo de ensino.

É através do contato real e na prática que o aluno pode tornar-se um cidadão crítico e sabedor de como ocorrem diversas situações dentro do espaço em que está inserido:

As coleções didáticas têm se configurado como importantes meios para aliar diferentes linguagens no sentido de contribuir para a aprendizagem. Nesse processo, os professores têm neste material um complemento que pode potencializar as aulas, caso seja utilizado em momentos oportunos, não se configurando como único recurso no ensino de Geografia em sala de aula (COPATTI, 2017, p. 165).

E este momento é possível através de uma aula dinâmica, com análises geográficas, como por exemplo o porquê de uma multinacional se instalar em determinado lugar ou região, compreender como se organiza um bairro, como nossos alimentos chegam para o consumo de forma saudável e sem uso de agrotóxicos, etc. “A Geografia é uma ciência interdisciplinar por natureza, possibilitando ao professor um leque de conteúdos que estão interligados e, passíveis de aproximação com a realidade vivenciada pelo aluno” (SANTOS E ALBUQUERQUE, 2014, p. 66). É através da escola que se formam cidadãos pensantes e com uma visão aberta para o mundo real em que ele está inserido. Santos (2016, p. 04) afirma que:

Assim, o docente que busca uma melhoria na qualidade de ensino não pode escolher um livro de maneira aleatória, pois o que está em foco é a produção do conhecimento e formação do aluno. Para isso, o professor tem que atuar de maneira consciente, responsável, consciente do seu papel na formação de cidadãos.

De modo responsável o professor atua em sala de aula como mediador no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, desde a seleção de conteúdo para ser passado em sala de aula, na qual deve promover a equidade entre os estudantes. Se o livro didático tem uma linguagem complexa é responsabilidade do professor transformá-lo em uma linguagem adequada ao cotidiano do aluno.

Essa condição faz do livro didático referência para periodizar a trajetória das práticas de ensino da Geografia do Brasil, identificando períodos por meio dos quais podem ser analisadas as mudanças e permanências do como e do que é estudado na escola básica. (AZAMBUJA, 2014, p. 12).

Quando refere-se à transparência e clareza de determinados conteúdos, nem sempre é possível vê-las nos livros didáticos. Spósito (2009, p. 305) aponta que: “Muitas vezes, livros com propostas ou abordagem inovadoras foram excluídos por causa do ponto de vista metodológico e outros foram classificados por não apresentarem esse mesmo problema”. É partindo dessa concepção que diversas vezes nos deparamos com a escassez de conteúdos reais, com a superficialidade, sem apreciação crítica ou que omitem a realidade. É notório que ao se debruçar em alguns livros didáticos, veremos questões que serão apresentadas para os discentes somente através do livro didático, resultando dessa forma um aprendizado que deixará lacunas, pois os conteúdos que são selecionados para compor o livro didático sempre vêm com uma visão mais voltada simplesmente para os benefícios, outrora inibindo o outro lado da questão pautada.

3.3 Impactos da BNCC e do novo Ensino Médio sobre o livro didático

Sabe-se que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, junto às alterações ocorridas no novo Ensino Médio foi “Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem sido marcada por inúmeras polêmicas desde o seu lançamento, ainda no governo de Dilma Rousseff” (GIROTTI, 2018, p.16). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem carregada de modificações que trazem consequências nem tanto benéficas, principalmente para os professores da área de humanas. Acerca deste viés, Silva et al (2021, p. 214) pontuam que:

A reformulação curricular do Ensino Médio, como um desdobramento das políticas educacionais planejadas e executadas no país a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promoveu e continua a promover mudanças profundas na organização dessa etapa do processo de formação. A redução da carga horária dos diversos componentes curriculares, em especial dos da área de Humanas, é uma das que diretamente tem afetado o cotidiano dos docentes.

Para o docente que deseja realizar, sobretudo, um trabalho com excelência, fica inviável após esta nova reformulação, organizar as ideias e colocar em prática em sala de aula levando em consideração a redução de carga horária para a disciplina de Geografia e a multidisciplinariedade que a reformulação traz nos livros didáticos utilizados pelos discentes. “Sujeito a uma diversidade de sentidos, o currículo é um território de disputas que envolve diferentes concepções de educação e visões de mundo que referenciam o processo educativo” (VITIELLO E CACETE, 2021, p. 17). As mudanças ocorridas no currículo do Ensino Médio, trouxeram mais pontos de insuficiência do que benéficos, quando se refere a área das Ciências Humanas. Além da redução da carga horária semanal para a disciplina de Geografia, pode-se constatar modificações no quesito estrutural do conteúdo do livro didático, que pela reformulação do ensino agora traz em sua essência um ensino multidisciplinar, que diversas vezes diverge com a área da Geografia. Pensando neste viés, Souza e Bairro (2021, p. 62) esclarecem que:

Estas multiplicidades, por sua vez, ainda que se pretendam trabalhar com categorias comuns para todas as áreas científicas, se perdem quando analisadas as especificidades das disciplinas escolares e das áreas do conhecimento. Deste modo, podemos imaginar um livro didático de Geografia no Ensino Médio cujas categorias e conceitos específicos da área estejam articulados muito mais a uma interdisciplinaridade do que com a própria área da Geografia. Ou seja, as habilidades não têm como desenvolver aspectos do raciocínio geográfico primeiramente, para depois observar suas possíveis interfaces na área científica maior.

Na teoria foi pensado em uma melhor oferta de ensino para os estudantes do Ensino Médio, todavia não é a realidade que encontramos nas salas de aula, a melhoria que é tão objetivada ainda está distante de nossas salas de aula. “Dito isso, o livro didático de Geografia se apresenta não mais como específico de sua área, mas como uma subcategoria (ou subdivisão) da área de Ciências Humanas e Sociais

Aplicadas, conforme consta no documento da BNCC para o Ensino Médio” (SOUZA e BAIRRO, 2021, p. 62). E por esta mudança, o ensinar para os que integram a área de humanas torna-se mais desafiador ainda, “a educação da população jovem e pobre precisa, para atender às demandas desse projeto, ser reestruturada a partir de novos discursos e formatos” (SILVA et al, 2021, p. 215). Em consonância ao pensamento de uma educação com qualidade e equidade, Girotto (2018, p. 17) pontua que:

Se de fato quisermos construir uma educação equitativa, baseada na igualdade de condições de acesso, permanência, ensino e aprendizagem, é fundamental problematizar a profunda desigualdade que marca a história e a geografia em nosso país, fazendo da educação e de tantos outros direitos, privilégios e fatores de diferenciação social.

A construção de uma educação justa e igualitária torna-se contraditória quando por parte de uma reformulação de um ensino constata-se que algumas disciplinas têm mais ênfase e conseqüentemente outras disciplinas, como as das Ciências Humanas, são mais deixadas a desejar. “A Geografia tem um importante papel nesse processo, apoiando o aluno a refletir sobre o mundo enquanto sujeito-cidadão atuante e, nesse sentido, é fundamental sua permanência no currículo da escola básica” (VITIELLO E CACETE, 2021, p.17). É uma obrigatoriedade que exista um conhecimento da realidade social e política do mundo, físico e natural. Ele está englobado nas necessidades importantes pra a construção do saber do discente, contudo o que se vê geralmente com uma relevância são as disciplinas de Português e Matemática, e essa visão de importância reverbera inclusive no discente, quando os mesmos passam a enxergar a Geografia como menos importante justamente por tê-las como disciplina de menor obrigatoriedade de carga horária semanal dentro da sala de aula.

Se existisse um compromisso com uma educação de qualidade e com equidade o Estado não hesitaria em reformular o currículo e balancear a carga horária de cada disciplina, levando em consideração a necessidade que o indivíduo tem de aprender sobre cultura, sociedade, economia, etc. De acordo com Silva et al (2021, p. 219) “É dentro desse contexto que a Geografia, mais uma vez, perde espaço por possuir uma linguagem própria que conduz o estudante a pensar criticamente sua realidade, por isso é considerada perigosa para o projeto neoliberal”.

3.4 A apreciação da abordagem acerca da soberania alimentar nos livros didáticos

Neste subcapítulo dedicamo-nos a analisar como o tema da soberania alimentar é abordado nos livros didáticos das 1ª e da 2ª Séries do Ensino Médio.

Sobre a seleção dos livros didáticos para uso dos alunos, as primeiras séries contam com a edição da editora Moderna, que foi estudada no ano de 2021, e por enquanto está sendo utilizada exclusivamente por essa série. A 2ª série conta com a edição da Ática e a 3ª série trabalha somente com preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dessa maneira, não nos foi concedido o acesso ao livro didático.

Imagem 1: Livro didático analisado da 1ª série do ensino médio.



Imagem 2: Subcapítulo analisado “O ser humano e o meio ambiente”.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2022.

No livro didático que está sendo usado pela turma de 1ª série do Ensino Médio, os alunos estão trabalhando com o livro que tem por título “Sociedade e meio ambiente”, é um livro multidisciplinar, envolve as Ciências Humanas e Ciências Aplicadas. Por se tratar de uma coleção multidisciplinar, foi fragmentada em seis livros, tendo assim o professor a autonomia de escolher o que ele deseja trabalhar durante o ano letivo. O livro didático é composto por 252 páginas e foi escrito pelos

autores: Gilberto Cotrim¹, Angela Corrêa da Silva², Ruy Lozano³ Alexandre Alves⁴, Letícia Fagundes de Oliveira⁵ e Marília Moschkovich⁶, no entanto, nenhum dos autores tem formação na área da Geografia, o que torna os conteúdos rasos e sem apreciação crítica em seu contexto. O livro, é dividido em quatro unidades e seus subcapítulos, geralmente no livro didático da 1º série do Ensino Médio, traz de modo breve os conteúdos que serão abordados até a 3ª série.

Para análise do livro que está sendo trabalhado na 1ª série, apresenta-se alguns trechos do conteúdo exposto na unidade 3 com a temática “O Campo Brasileiro”, conteúdos que condizem com o estudo da Geografia Agrária⁷. Em um breve trecho do livro didático da 1ª série, Cotrim et al. (2020, p. 109), a respeito da concentração fundiária, relatam que:

A concentração fundiária gera problemas sociais e econômicos, como a falta de terras para trabalhadores rurais, que, sem outra forma de subsistência, lutam por seus direitos por meio de movimentos pela reforma agrária. Além disso, ainda hoje, ocorrem no campo situações de abuso trabalhista na contratação de mão de obra temporária, como a dos boias-frias, que só têm trabalho durante o período das colheitas.

É mencionado de modo sucinto as determinações do fenômeno da concentração fundiária, não expõe que o Brasil, especificamente, possui uma

¹ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie (SP). Licenciado em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). Professor de História na rede particular de ensino. Advogado inscrito na OAB São Paulo. Autor de livros didáticos.

² Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Coordenadora pedagógica e professora em instituições de ensino superior, fundamental e médio. Autora de livros didáticos.

³ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter-PR). Professor e gestor escolar em instituições de educação básica em São Paulo. Autor de livros didáticos.

⁴ Doutor em Ciências (História Econômica) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor em instituições de ensino superior. Autor de livros didáticos.

⁵ Mestra em Ciências (História Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Autora de livros didáticos.

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP). Mestra em Educação – Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP). Professora de Sociologia e escritora.

⁷ O livro somente reserva essa seção para discussão sobre temas relacionados à Geografia Agrária.

estrutura fundiária concentrada nas mãos de proprietários com grandes extensões de terra, e que apenas um pequeno número de proprietários usufrui destas terras e por este motivo trabalhadores que perderam suas terras se organizam em movimentos sociais em busca e luta constante pela reforma agrária. Segundo apontam Cosme e Pereira (2020, p. 275): “A recusa da realização da reforma agrária clássica pela burguesia brasileira, a serviço do avanço do capital no campo, faz ganharem força as interpretações acerca das especificidades da formação territorial capitalista brasileira”.

A respeito da agricultura familiar Cotrim et al. (2020, p. 109) apresentam que, “[...] a agricultura familiar tem um papel importante no Brasil, uma vez que é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos internamente pela população e pelo emprego de grande parte da mão de obra do campo”. É relevante o papel da agricultura familiar, mas na realidade a agricultura familiar ainda não supre as necessidades básicas de alimentação, sobretudo, da classe mais baixa. O conteúdo exposto no livro didático quase sempre mascara a realidade, ele apresenta o benefício, mas não relata o que de fato é vivido. De acordo com Carneiro e Pereira (2005, p. 268):

A condição essencial para o rompimento da pobreza e da fome no Brasil requer, entre outras medidas, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e a promoção de políticas sociais redistributivas eficientes, que alterem de forma definitiva o sistema de produção e de geração de renda no país.

Ainda dentro do contexto da Questão Agrária, acerca do agronegócio, os autores Cotrim et al. (2020, p. 113) apontam que:

O agronegócio agrupa todo o conjunto de atividades vinculadas à produção agropecuária, compreendendo o setor de equipamentos agropecuários, os serviços, a industrialização e a comercialização dos produtos de origem animal ou vegetal. Ou seja, reúne todos os elementos que formam a cadeia produtiva de determinado setor agropecuário.

Em sua fala o autor não apresenta uma crítica relacionada ao conteúdo, limitando-se em expor uma organização de caráter formal do agronegócio, ignorando que este é responsável pela superexploração da força de trabalho e destruição da natureza. Expõe no livro didático apenas a perspectiva econômica, já a perspectiva ambiental é omitida. Nesse entendimento, Sousa e Silva (2020, p. 7) explicam que:

Portanto, este é o contexto em que o agronegócio está inserido, sendo possível compreendê-lo dentro dessa lógica, que é a de acumulação do capital, pois é uma agricultura centrada no monocultivo, que carrega em sua trajetória grande concentração de terra, água, uso indiscriminado de agrotóxicos, exploração e expropriação dos trabalhadores, além da utilização de novas tecnologias, mas, proferindo discurso de geração de riqueza para o país.

No que tange à produção da soja e sua complexidade, Cotrim et al. (2020, p. 114) apresentam que:

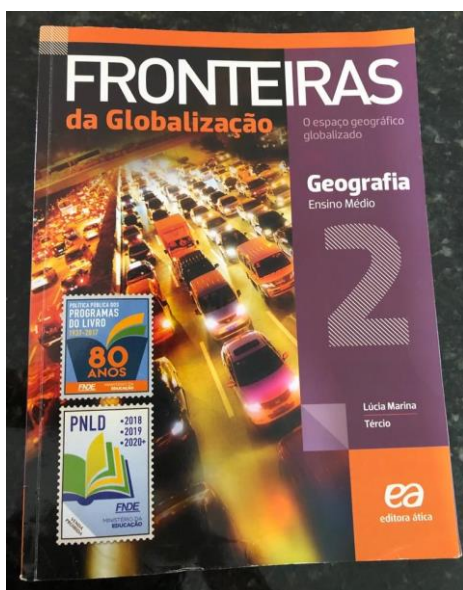
A lavoura da soja é altamente mecanizada, com o uso intensivo de fertilizantes químicos e da biotecnologia. Cerca de 90% da área plantada com a oleaginosa é feita com sementes transgênicas, ou seja, com grãos geneticamente modificados. No Brasil, a soja transgênica é tolerante a herbicidas, o que permite aos produtores controlar de forma mais eficaz as ervas daninhas e, conseqüentemente, obter maior produtividade. No entanto, devem-se ressaltar os graves problemas ambientais e de saúde pública relacionados ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas nessa região.

Relata-se primeiramente o benefício de se ter uma lavoura altamente mecanizada, apontando os benefícios da soja transgênica, por ser tolerante a herbicidas, e somente no fim do parágrafo é que o autor sem delongas aponta um alerta sobre os graves problemas ambientais. Decerto, por tratar-se de uma atividade legal e legítima, regida por legislação específica, o livro didático não vai expor os sérios riscos para a sociedade e a natureza com relação a essa atividade, por isso discretamente aponta os seus pontos negativos. Não bastasse o grave problema com relação ao uso desses fertilizantes químicos para produção em larga escala é importante ressaltar que todo esse processo é para abastecer o mercado internacional. Diante dessa visão, Carneiro e Pereira (2005, p. 257) afirmam que:

Esta revolução na produtividade agrícola atribuiu novos elementos ao território brasileiro, fazendo com que este passasse a servir política e tecnicamente aos interesses das grandes empresas multinacionais produtoras de sementes, insumos e máquinas. Agora é o capital estrangeiro quem determina o que será produzido no território nacional, regulando também as safras, os preços e o destino da produção, ora subjugando as políticas governamentais, ora se apoiando nas mesmas quando o discurso e a ação do poder público os beneficiam, o que acaba por gerar consequências sociais desastrosas no território.

No livro didático da 2ª série intitulado “Fronteiras da globalização” (3ª edição, São Paulo, 2016), escrito por Lúcia Marina Alves de Almeida⁸ e por Tércio Barbosa Rigolin⁹. Temos um livro produzido pela editora Ática, composto por cinco unidades, subdividido em 23 capítulos, uma obra que conta com 288 páginas, desde conteúdos escritos a ilustrações complementares. Para análise específica da obra foram selecionados alguns fragmentos da unidade 3, no capítulo 9, que vem intitulado por: “A agropecuária: agrossistemas, produção e comércio internacional – A agropecuária: uma atividade muito antiga”.

Imagem 3 – Livro de Geografia da 2ª série do ensino médio.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2022.

Imagem 4 – Subcapítulo analisado “A agropecuária: agrossistemas, produção e comércio internacional”.



Especificamente em algumas páginas desse capítulo, foi realizada a leitura do seu conteúdo, tendo como título: “A agropecuária: AGROSSISTEMAS E COMÉRCIO INTERNACIONAL”. Na página 9 temos o primeiro tópico “A subordinação do campo à cidade”. Almeida e Rigolin (2016, p. 105) apontam que “O

⁸ Bacharela e licenciada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da PUC-SP. Professora de Geografia no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das redes pública e particular do estado de São Paulo.

⁹ Bacharel e licenciado em História pela USP, Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Unesp, campus de Araraquara, Professor de Geografia no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das redes pública e particular do estado de São Paulo.

agronegócio ou agrobusiness, conjunto de operações comerciais e industriais que envolvem a produção agropecuária, passou a dominar grande parte dessas atividades”. Pode-se constatar a ausência de uma apreciação crítica do autor, ao mesmo tempo que ele menciona a dimensão do agronegócio, ele deixa a desejar no que diz respeito aos pontos negativos dentro do processo. Souza e Conceição (2008, p.104) apontam que:

Desta forma, busca-se dar ênfase ao agronegócio enquanto a grande possibilidade para o campo brasileiro, onde o discurso ideológico se faz, exatamente, no sentido de demonstrar que os problemas do campo brasileiro encontram-se superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo.

Consideramos que o agronegócio domina as atividades agropecuárias a partir de investimentos destinados à reprodução do capital. Assim, a modernização tecnológica e as sementes geneticamente modificadas são invenções do capital que devem cumprir esse objetivo econômico. Não há preocupação por parte do agronegócio com a qualidade da alimentação ou com as relações de trabalho no campo.

A respeito da estrutura fundiária, Almeida e Rigolin (2016, p. 107) no subtópico “Agrossistemas ou sistemas agrários” apontam que:

[...] de acordo com o tamanho ou a estrutura fundiária, as propriedades podem ser classificadas em latifúndios (grandes propriedades) e minifúndios (pequenas propriedades).

Assim, pode-se constatar uma informação que não condiz com a verdade, quando é mensurado que minifúndios são pequenas propriedades. De acordo com Cosme e Pereira (2005, p. 277) “[...] a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), define o minifúndio como o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”. É válido ressaltar que o minifúndio é uma área de terra inviável para o êxito na reprodução da família camponesa, já a pequena propriedade deve atender a função social. Ainda relacionado à Geografia Agrária, Almeida e Rigolin (2016, p. 108) apresentam um texto sem a presença de apresentação crítica, afirmando que:

O agronegócio ou o agrobusiness é uma característica da agricultura moderna, que recebe investimentos intensivos de capitais e tecnologia. Compreende todas as operações de produção agrícola o preparo da terra, a colheita, o armazenamento e a distribuição desses produtos e seus derivados.

De fato, o agronegócio recebe todo um investimento, mas beneficia apenas os grandes produtores, donos de grandes terras, que podem investir para atender a demanda do exterior, independente da saúde do produto e do destino final.

Por fim, no capítulo 9, Almeida e Rigolin (2016, p. 111) trazem mais um subtítulo: “O comércio mundial dos produtos agrícolas”, e em sua afirmativa eles apontam: “[...] por isso, é preciso que os órgãos que regulamentam o comércio internacional tentem reverter urgentemente essa situação para dar oportunidades iguais a todos no mercado externo”. Os autores apresentam uma esperança utópica de resolução das assimetrias econômicas pelos órgãos multilaterais e mostra através do livro didático que essa realidade pode ser realizada de modo rápido, onde a realidade não condiz com a dinâmica do próprio comércio internacional sob o modo de produção capitalista globalizado.

Constata-se que diante de alguns fragmentos avaliados dos livros didáticos das 1º e 2º séries, são ofertados conteúdos voltados para as diversas áreas da Geografia, inclusive os conteúdos da Geografia Agrária. Todavia, nas duas séries temos conteúdos que não trazem aprofundamentos nas questões trazidas pelo livro. São conteúdos que agregarão conhecimento e sobretudo mudanças na percepção do que o aluno imaginava ou acreditava que acontecia, tanto as que mencionam positivamente, quanto as que também causam ou trazem impactos negativos na sociedade como um todo. A Soberania Alimentar nos capítulos analisados é vista de modo indireto, onde se quer oportuniza o discente a saber do que se trata tal conteúdo, não apresenta caminhos que instiguem o aluno a se aprofundar em um conteúdo tão relevante e necessário para sua formação e sobretudo para a sua vida para além da sala de aula. O agronegócio, por exemplo, é um assunto que precisa ser trabalhado em sala de aula, mas não somente da forma que o livro didático apresenta, ele traz consigo inúmeras perversidades do capital, visa apenas uma agricultura moderna com recebimento de investimentos de capital e tecnologia, mas fecha os olhos para a conversão de florestas para desmatamento, uso de

agrotóxicos, etc. O uso de transgênicos também é citado dentro do conteúdo do livro didático, pontua também sobre a importância da lavoura da soja mecanizada, apontando somente as supostas vantagens desse processo.

No entanto, este tipo de agricultura industrial, segundo Altieri (2010, p. 23):

Traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos a saúde pública à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e muitos casos, transtornos de sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores.

Na realidade, constata-se de forma supérflua os conteúdos escolhidos e especificados nesta pesquisa, por meio do livro didático. A questão agrária não é vista de maneira crítica dentro dos livros didáticos, poucos dados sobre determinados conteúdos são passados, muitas verdades omitidas e pouquíssimo aprofundamento para melhor clareza de determinados conteúdos é o que constata-se após a leitura minuciosa. Temos superficiais abordagens ou até mesmo conteúdos supérfluos no que tange à soberania alimentar e a questão agrária como um todo. Faria (2000, p. 77) aponta que:

[...] o livro didático reconhece a desigualdade (atalho e estrada, pobre e rico, pedreiro e médico, homem e mulher, branco e preto, velho e criança, trabalho manual e intelectual etc.) mas não apreende. Através dos valores da Burguesia, camufla a desigualdade, dissimula a discriminação, contribuindo para a reprodução da sociedade burguesa.

É evidente que todas as mazelas existentes no Brasil e no mundo não estão contidas no livro didático, os escritores incluem conteúdos que serão aceitos e aprovados pelos Programas Nacionais do Livro Didático (PNLD), (PNLEM) Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio e para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Contido nos livros estão apenas conteúdos básicos sobre as questões que os autores consideram importantes para atender a demanda do currículo escolar. Porém, é imprescindível que o tema da soberania alimentar apareça no conteúdo dos livros didáticos porque é através do conhecimento que o discente poderá formar uma opinião e ser futuramente um contribuinte por melhorias no que diz respeito ao quesito alimentar, que satisfaçam as exigências nutricionais para uma vida saudável, que possam ser a favor de uma agricultura que coopere

para o bem comum de uma nação e que sejam, principalmente, cidadãos que respeitem a sua cultura e a diversidade existente em nosso meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que questões como a fome no Brasil e no mundo podem e precisam ser estudadas em sala de aula, como as temáticas voltadas para a produção de alimentos, sobretudo a perversidade do capital em tal finalidade, porém, na prática, isso nem sempre acontece, os conteúdos são muitas vezes mascarados para esconder a realidade dura que milhares de pessoas enfrentam no Brasil e no mundo, sobretudo no que diz respeito à fome, a desigualdade de terra, etc. É válido pontuar que os livros didáticos analisados abordaram questões voltadas para a Questão Agrária, mas em alguns pontos, nos subcapítulos analisados, sem apreciação e aprofundamento críticos, com expressões utópicas, fazendo desta forma com que o discente desconheça a realidade desses supostos conteúdos.

A fome e a ausência de soberania alimentar são decorrentes da hegemonia do capitalismo globalizado que considera os alimentos como uma mercadoria e visa somente a reprodução do capital, penalizando os trabalhadores e as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na realidade, a finalidade que um professor de Geografia em específico com conteúdo relacionado à Questão Agrária espera, é que os discentes fiquem e estejam cientes, isto é, de como nosso alimento é produzido até que esteja pronto para ser consumido, e que sua ausência como conteúdo no livro didático pode interferir no conhecimento completo de assuntos relevantes que abrirão caminhos para que os mesmos se tornem cidadãos pensantes e críticos da realidade em que está inserido.

A trajetória do livro didático como ferramenta de auxílio em sala de aula compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos. Atualmente, na Escola de Educação Básica, ele continua sendo um auxílio para o embasamento das aulas ofertadas. Após a reformulação da BNCC o novo Ensino Médio foi também modificado, a disciplina de Geografia, enquadrada nas Ciências Humanas, teve uma diminuição na carga horária semanal em sala de aula, acentuando um problema em relação ao que acaba sendo pouco para tanto conteúdo a ser estudado. Não bastasse a diminuição da carga horária de uma disciplina de extrema relevância, os conteúdos da Geografia agora também se apresentam de modo multidisciplinar, onde diversas vezes não focam em conteúdo específicos da Geografia, o que

consequentemente exige do professor uma atenção redobrada para selecionar o livro didático que será usado dentro do bimestre, pois por trazer conteúdos multidisciplinares o discente pode acabar tendo êxito na aprendizagem com eficácia ou até mesmo ficar sem ver em sala de aula conteúdos importantes para a construção de um cidadão com pensamento crítico.

Nesse sentido, podemos mensurar a importância que é termos incluso no ensino de Geografia à temática da Soberania Alimentar, para que os discentes possam saber que todo e qualquer ser humano tem direito a uma alimentação com qualidade e que é extremamente relevante saber qual o processo para que o alimento que nos nutre chegue até a nossa casa. Todos os elementos que formam o currículo escolar são de extrema relevância e não podemos deixar despercebido a contribuição que o livro didático traz para o discente, de modo positivo e, em muitas situações, negativo, onde negligencia ou inibe conteúdos, acabando assim, por diversas vezes, se tornando uma mercadoria, onde sabemos que precisa atender os interesses de uma determinada pessoa ou grupo, neste caso em específico, atender os anseios do governo federal e do mercado editorial.

A partir das interpretações feitas ao longo do TCC, ponderamos, através dessa investigação, a finalização de uma etapa acadêmica que significa um primeiro passo para a construção de novos olhares a respeito de como a Soberania Alimentar está inserida dentro do contexto escolar.

Dado o exposto, o presente trabalho apresentou como proposta geral analisar a soberania alimentar e como esta é veiculada no livro didático da fase final da Educação Básica. A parte teórica-conceitual do trabalho abrangeu o conceito sobre como os livros didáticos exploraram assuntos pertinentes a Questão Agrária, com ênfase na Soberania Alimentar. Estes conceitos trabalhados percorreram o andar da pesquisa como partes que se complementam no sentido de situar a compreensão do sujeito.

A pesquisa sobre a Soberania Alimentar no Livro Didático também permitiu o reconhecimento da importância de se estudar a Questão Agrária com mais afinco. Todavia, foi constatado que a pesquisa trabalhada transmitiu uma realidade que necessita de continuidade de estudo mais aprofundado em suas experimentações, no que se refere ao significado de coletas de entrevistas entre docentes e discentes. Portanto, o resultado da presente pesquisa apresenta como êxito a compreensão de

uma pequena abordagem em alguns subcapítulos da 1º e 2º série do Ensino Médio a respeito da Soberania Alimentar e sua abordagem nos livros didáticos.

Por conseguinte, a pesquisa contribuiu para ampliar os conhecimentos sobre os diferentes pontos levantados, assim como, proporcionou o entendimento geográfico do fenômeno evidenciado no trabalho.

Assim sendo, a tarefa acadêmica não foi das mais fáceis de realizar durante seu percurso, carecido o enfrentamento do Covid-19, o fechamento das Escolas, o distanciamento social onde limitava as pessoas regidas pela lei e pelo medo. Este momento marcou diretamente o andamento do trabalho que dificultou a coleta de dados necessários para um maior desfecho final. Porém, a realidade apresentada do contexto pandêmico contribuiu diretamente para o amadurecimento do indivíduo pesquisador em primeira experiência com uma realidade que poucos esperavam ocorrer (pandemia).

Destarte, ao concluir, esperamos que esta pesquisa motive outros pesquisadores a realizar novas trabalhos sobre esse problema com foco na Geografia e aprendendo mais sobre a temática aqui levantada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Fronteiras de globalização**. São Paulo: Ática, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 13, nº. 16 pp. 22-32 Jan-jun./2010.

ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v. 21. Juiz de Fora, 2007, p. 43-56.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **O Livro Didático E O Ensino De Geografia Do Brasil**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 4, n. 8, p. 11-33, jul./dez., 2014.

BRASIL. Cúpula Mundial de Alimentação (Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação). 1996. Link disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/FAO-Food-and-Agriculture-Organization-of-the-United-Nations-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-a-Agricultura/cupula-mundial-de-alimentacao-declaracao-de-roma-sobre-a-seguranca-alimentar-mundial-a-plano-de-acao-da-cupula-mundial-da-al.html>. Acesso em: 27/04/2020.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Brasília, 02 de maio de 2011. Disponível em: http://www2.maringa.pr.gov.br/diagnosticosocial/perfil_extrema_pobreza. Acesso em: 02/05/2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese de Doutorado.

CALLAI, Helena Copetti. **Geografia em sala de aula: práticas reflexões/org**. Antonio Carlos Castrogiovanni – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – 2003.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento? In: **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p. 287-306.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Território da desigualdade: pobreza, fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo**. Geografia, Rio Claro, v. 30, n.2, p. 255-269, mai./ago. 2005.

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados 19 (55), 2005. (p.33-48).

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 19, nº. 32 – Dossiê pp. 14-33, 2016.

COPATTI, Carina. **Livro didático e o professor de Geografia: interações na prática de ensino**. In: O livro didático de Geografia e os desafios da docência para

apendizagem/Organizado por Ivaine Maria Tonini.... [et al.]. – Porto Alegre: Sulina, 2017. 278 p.

COSME, Claudemir Martins. PEREIRA, Mônica Cox de Brito. **A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano.** GEOgraphia, Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico), vol: 22, n.48, 2020.

COTRIM, Gilberto; SILVA, Angela Correia da; LOZANO, Ruy; ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes; MOSCHKOVICH, Marília. **Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas: manual do professor 1.** ed. – São Paulo: Moderna, 2020.

FABRICIO, Rosineide. **A questão agrária e a soberania alimentar no brasil os limites da produção de alimentos sob o domínio do imperialismo.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 17 – Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar ISSN: 1980-4555, 2017.

FARIA, A. L. G. de. **Ideologia no livro didático.** 13.a ed. São Paulo: Cortez, 2000. (101 páginas).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes Também disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>.

GABRELON, Anderson. SILVA, José Luiz Barcellos. Livro Didático: suas funções e o ensino de geografia. In: **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem** / Organizado por Ivaine Maria Tonini ...[et al.]. -- Porto Alegre: Sulina, 2017. (278 páginas).

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública.** 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.603>.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** v. 1 n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>. Acesso em: Agosto de 2022.

HOYOS, Claudia Janet Cataño. D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 174-198 Jan-Abr./2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da segurança alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** Editora Cortez, São Paulo – SP, 1990.

LIMA, Lucas Gama. **Covid-19 E Ampliação Da Fome: Uma Crítica Ao Sistema Alimentar Global Sob A Mundialização Do Capital.** Revista Pegada – vol. 21, n.2. Maio-Outubro/2020. (p. 333 – 358).

LIMA, Lucas Gama; SOUZA, Ronilson Barboza de; SANTOS, Flávio dos. **MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, IMPERIALISMO E FOME O TRÁGICO**

NEGÓCIO GLOBAL COM ALIMENTOS. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 1, p. 188-207, Jan./Jun, 2021.

MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Segurança Alimentar, sua origem e as medidas de prevenção do Brasil e Argentina.** Anais do VII CBG – ISBN: 978-85-98539-04-1. 2014. Disponível em:

http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404153327_ARQUIVO_Glaucia_mardegan.pdf. Acesso em: 05/03/2022.

MARTINS, Peluzio Ferreira. **O Livro Didático de Geografia: Seus Limites e perspectivas como instrumento de mediação do processo de ensino-aprendizagem.** Dissertação de mestrado em geografia humana. São Paulo – SP, 2019.

MEIRELLES, Laércio. **Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais.**

Agriculturas - v. 1 - no 0 - setembro de 2004. (p.11-14) link disponível em:

https://orgprints.org/id/eprint/21244/1/Meirelles_soberania.pdf. Acesso em: 27/04/2020.

MERA, Cláudia Maria Prudência de. **A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel.** Anais do XI Encontro Regional de Economia – ANPEC SUL, 2008, Área I – Metodologia, História e Economia Política, p. 1-15. Disponível em:

http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/local_e_data.html. Acesso em: agosto de 2022.

MIRRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, n. 8. P. 151-172, jan./jun. 2006.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria.** Pro-posições - v. 23, n. 3 (69). P. 51-66. Set./Dez. 2012.

NASCIMENTO, Leylaine Dias do; LIRA, Mirtes Ribeiro de. **A Práxis Do Livro Didático No Ensino De Geografia.** VI Congresso Internacional das Licenciaturas – COINTER – PDVL, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0029>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** FFLCH-USP, São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em: agosto de 2022.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil** [Livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PRESTES, Carlos Luiz. **Proposta de reforma agrária da bancada do PCB na constituinte de 1946.** In a questão agrária no Brasil, programas de reforma agrária 1946 -2003. João Pedro Stedile (org.) Douglas Estevam (Assistente de Pesquisa). Ed: São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSANELI, Caroline Filla **A fragilidade humana diante da pobreza e da fome.** Rev. bioét. (Impr.). 2015; 23 (1): 89-97. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n1/1983-8034-bioet-23-1-0089.pdf>. Acesso em: 01/05/2021.

RUA, João. O Professor, **O Livro Didático e a Realidade Vivida Pelo Aluno Como Recursos Para o Ensino Da Geografia.** Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 87-96, maio, 1998. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39129/26309>.

SANTOS, Fábio Ferreira. **O Professor e o livro didático: implicações metodológicas na prática de ensino em geografia.** In: Encontro Internacional de Formação De Professores E Fórum Permanente De Inovação educacional, 8., 2016, Sergipe. Paraíba, 2016. v.9. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2363>. Acesso em: outubro de 2022.

SANTOS, Leonardo Pinto dos. **Amados por uns, odiados por outros: avanços e potencialidades dos Livros Didáticos de Geografia.** In: O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem / Organizado por Ivaine Maria Tonini [et al.]. Porto Alegre: Sulina, 2017. (278 páginas).

SANTOS, Vanda Maria Andrade dos, ALBUQUERQUE, Adorea Rebelo da Cunha. **O uso do livro didático como instrumento pedagógico para o ensino de Geografia.** Estação Científica (UNIFAP), 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>. ISSN 2179-1902 Macapá, v. 4, n. 1, p. 63-77, jan.-jun. 2014. Adorea Rebelo da Cunha.

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático no Brasil.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

SILVA, Matheus Gomes da. et al. **A BNCC, a redução da carga horária de Geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário.** Revista Ensino de Geografia (Recife) v. 4, nº 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>.

SOUZA, Anderson Wesley de Lima; ROCHA, Ana Paula Azevedo da. **Ensino De Geografia, Metodologias De Ensino E A Função Do Livro Didático.** Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 12, n. 1, p. 4-27, 2020, ISSN 2175-862X (on-line).

SOUZA, José Vitor Rossi. BAIRRO, Gabriel Pinto de. **Os livros didáticos de Geografia no novo ensino médio.** Setembro de 2021. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereq/article/view/3658>.

SOUZA, Raimunda Aurea Dias de; SILVA, Iraldes Borges da. **Commodities Agrícolas E A (In) Segurança Alimentar.** Revista OKARA: Geografia em debate, v. 14, n. 1, p. 4-20, 2020. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.

SOUZA, Suzane Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As novas estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.** Revista Pegada – vol. 9 n. 1, p. 103-123, Junho/2008.

SPÓSITO, Maria Encarnação. As diferentes propostas curriculares e o livro didático. In: **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa** / organizadores Nídia Nacib Pontuschka, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 3.ed., 1 reimpressão. - São Paulo: Contexto 2009.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2 ed. – São Paulo: expressão popular, 2011. 304p.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil, programas de reforma agrária 1946 -2003**. Douglas Estevam (Assistente de Pesquisa). Ed: São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VITIELLO, Márcio Abondanza. CACETE, Núria Hanglei. **Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260013>.